



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Handwritten signature*

-----SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS-----

-----DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2018-----

-----ACTA NÚMERO TRÊS-----

----- Aos vinte e três dias do mês de Fevereiro de dois mil e dezoito, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal do Concelho de Manteigas nos termos da Lei, sob a presidência do seu Presidente, Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos, coadjuvado pela Primeira Secretária, Senhora Deputada Patrícia Alexandra dos Santos Martins, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- Ponto um: **Período de Intervenção do Público.**-----

----- Ponto dois: **Período de Antes da Ordem do Dia.**-----

----- Ponto dois, um: Respostas às questões anteriormente colocadas pelo público, que não tenham ficado esclarecidas.-----

----- Ponto dois, dois: Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior.-----

----- Ponto dois, três: Conhecimento do expediente recebido e prestação de informações.-----

----- Ponto três: **Período da Ordem do dia.**-----

----- Ponto três, um: Apreciação, discussão e votação do Regimento da Assembleia Municipal, após alterações apresentadas pela Comissão de Revisão do Regimento.-----

----- Ponto três, dois: Apreciação, discussão e votação do Protocolo de Adesão à Convocatória Eletrónica para integrar no Regimento.-----

----- Ponto três, três: Apreciação, discussão e votação sobre a eventual adesão à Associação Nacional das Assembleias Municipais.-----

----- Ponto três, quatro: Apreciação, discussão e votação sobre a eventual adesão ao “Movimento pelo Interior”.-----

----- Ponto três, cinco: Skiparque – Ponto da situação e balanço ao atual contrato de concessão.-----

----- Ponto três, seis: Eleição de um representante da Assembleia Municipal para o Conselho Municipal da Juventude.-----

----- Ponto três, sete: Eleição de um representante da Assembleia Municipal para o Conselho Empresarial de Manteigas.-----

----- Ponto três, oito: Discussão das medidas a tomar para cumprimento do prazo de 31 de Maio para limpeza de terrenos por parte da autarquia e apresentação de propostas de salvaguarda da floresta e prevenção de incêndios.-----

----- Ponto três, nove: Pousada de São Lourenço e a sua importância para a economia de Manteigas – ponto da situação e discussão de eventuais soluções.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----Ponto três, dez: Apreciação, discussão e votação das deliberações a tomar em minuta, para produzir efeitos imediatos, desta sessão. -----

-----Ponto quatro: Apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal. --

-----Ponto cinco: Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho. -----

-----Estiveram presentes nesta sessão e assinaram a lista de presenças para além do Senhor Presidente da Mesa, a Senhora Primeira Secretária, os Senhores Deputados Municipais: António José Ascensão Fraga; Carlos Manuel Abrantes Ferrão; Oriana Marina Cleto Abreu Morais; Nuno Manuel Matos Soares; Luís Ferrão Saraiva; António Miguel Aldeia Carvalho; Odete da Graça David Ganiha Almeida; João Abrantes Gaspar; Eduardo de Matos Monteiro; Alfredo Serra de Carvalho Marcelo; António Pedro Santos Leitão; Joaquim Martins Fonseca Albuquerque; Bárbara Filipa da Palma Cravinho Sabino; Joaquim Neves Biscaia; Paulo Manuel dos Santos Costa; Carlos Manuel Figueiredo Viegas; Nuno Miguel Fernandes Gonçalves. -----

----- Não se encontrava presente o Senhor Deputado Luís José dos Santos Melo e o Senhor Deputado Daniel António Quaresma Costa, que comunicaram previamente a impossibilidade de comparecerem na reunião, tendo cada um justificado as respetivas ausências e pedido a devida substituição, tendo por isso sido convocados o Senhor Deputado Carlos Manuel Abrantes Ferrão e o Senhor Deputado João Abrantes Gaspar, que compareceram. -----

----- Estiveram também presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Manteigas, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, e os Senhores Vereadores Célia Maria Ramos Morais e Francisco José Botão de Elvas. O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia e o Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso não se encontravam presentes, faltas que foram consideradas justificadas. -----

**Às treze horas e trinta minutos**, o Senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão e saudou todos os presentes. -----

### -----PONTO 1. DA ORDEM DE TRABALHOS-----

#### -----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou os munícipes presentes se desejavam intervir neste ponto da ordem de trabalhos. Aceitou a inscrição do Senhor Francisco Carvalho, do Senhor António Leitão e do Senhor Dr. José Duarte. Por ordem de inscrição concedeu a palavra ao Senhor Francisco Carvalho. -----

----- O Senhor Francisco Carvalho cumprimentou todos os presentes, explicou que a sua intervenção prendia-se com a temática relativa à Pousada de São Lourenço, que está agendada na Ordem de Trabalhos desta sessão. Deu nota que verificou a ausência, nesta reunião, do principal interessado neste assunto, o Senhor Dr. João Tomás, o que lamentou, embora estivesse presente a esposa deste, a Dra. Isabel, a quem cumprimentou e agradeceu a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*António*

presença nesta reunião. Disse ter ficado satisfeito por o Senhor Presidente da Mesa mostrar interesse em levar este tema à discussão da Assembleia, contudo tratando-se de um assunto que diz respeito à empresa e aos Baldios, considerou que seria mais interessante se o ponto agendado na Ordem de Trabalhos, estivesse relacionado com a ação administrativa, em que a Câmara é interveniente, e como tal é nesse processo que a Câmara detém maior conhecimento. Notou ainda a ausência dos Senhores Vereadores do PSD, a quem gostaria de colocar algumas questões, mas não estando os mesmos presentes, disse que direcionava a sua palavra à Assembleia Municipal e ao Senhor Presidente da Câmara. Solicitou que no ponto três nove se pronunciassem sobre esse processo, se alguma vez intentaram o diálogo ou se tentaram constituir uma comissão de entendimento entre as partes: a Câmara, a empresa Casa das Penhas Douradas e os Baldios. -----

No seu entendimento, este assunto deve ter uma resolução por via do diálogo e do entendimento entre todas as partes envolvidas no processo, sendo a via contenciosa a última hipótese de recurso para sanar a questão. Até porque, trata-se de um processo muito importante e muito complicado, visto que mexe com muita gente em Manteigas. Inclusivamente, se este assunto for dirimido em Tribunal, haverá muita gente que será chamada para se pronunciar. Declarou que como Comparte, tinha conhecimento que os Baldios tudo fizeram para que este assunto tivesse um tratamento e uma familiarização através do diálogo, da concórdia, contudo não houve essa pretensão por parte dos representantes da empresa, do Senhor Dr. João Tomás, sendo que nas comunicações ocorridas entre os Baldios e a empresa do Senhor Dr. João Tomás, constam insultos aos Conselho dos Baldios. Se o Senhor Dr. João Tomás e a sua esposa, julgam que têm direito à propriedade, tal como já foi manifestado através de comunicados e cartas, a única solução é apresentarem um documento que comprove esse direito de propriedade e dessa forma a situação ficará resolvida. No seu ponto de vista, o Órgão Deliberativo pode debater este tema, contudo não o poderá resolver. -----

----- O Senhor António Leitão, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, referiu que aprecia e gosta muito desta terra, faz os possíveis por vir a Manteigas sempre que lhe é possível. Chamou à atenção que junto à Igreja de Santa Maria, na zona lateral a esta igreja existe um muro, que na sua opinião é uma obra de arquitetura. O dito muro é em pedra, e trata-se de um muro de suporte a um quintal, é belíssimo. Contudo, do lado esquerdo, a tapar o muro está uma estrutura metálica e um painel, que deverá ter entre doze a dezasseis metros quadrados e está completamente a estragar aquele espaço. Esse painel contém uma mensagem sobre o Orçamento Participativo, que todos os Manteiguenses e todos os interessados na matéria já conhecem, visto que já está exposta no local há cerca de dois anos. Solicitou que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

alguém competente na matéria, tire esse painel e a sua estrutura do local, assim como as placas indicativas de localidade, porque estão junto a um caixote do lixo. -----

Atendendo que, na Igreja de Santa Maria foi cantada pela primeira vez, o cântico religioso “*Santos Anjos e Arcanjos*”, que é conhecido mundialmente e que já foi cantado no Vaticano perante sua Santidade o Papa. Tendo sido esse cântico composto em Manteigas pelo Senhor Padre Parente, que aqui viveu muitos anos, foi um grande músico e é um nome reconhecido a nível internacional, sugeriu que, sem estragar a arquitetura do muro, se pensasse num painel, com cerca de metro e meio por dois metros de altura, em azulejo antigo, para não desvirtuar a antiguidade do próprio muro, onde constasse uma pauta com as notas do cântico acompanhado da respetiva letra de “*Santos Anjos e Arcanjos*”, assim como a fotografia do Padre Parente e uma referência a indicar que compôs aquele cântico em Manteigas e que viveu cá durante determinados anos. -----

----- O Senhor José Duarte fez uso da palavra, referiu que recentemente fez uma visita ao Viveiro das Trutas. Disse ter conhecimento que se trata de um espaço que é gerido pelo Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), contudo o mesmo está dentro do nosso território concelhio, por esse motivo considerava que o Executivo Municipal deve ser também responsabilizado pelo modo desordenado e descuidado em que aquele espaço caiu. As casas-de-banho estão fechadas, o bar que aí existia foi demolido e não foi substituído. Atendendo que nesse local há uma casa de Guarda-Florestal que está fechada, a mesma podia servir de bar e até de venda de produtos regionais, assim como possuir casas-de-banho para uso público, uma vez que há informação, que a ausência de instalações sanitárias leva a que as pessoas utilizem o espaço circundante para fazerem as necessidades fisiológicas, com todo o inconveniente que isso causa. Recordou que na sua mocidade, as pessoas que iam visitar o posto aquícola tinham acesso aquela casa, onde estavam as pequenas trutas e que agora está fechada. Além disso não há tabuletas indicativas do que ali existe, nem há um vigilante que acompanhe os visitantes. Chamou à atenção para que o Senhor Presidente da Câmara, com a sua capacidade, diligencie junto do ICNF, para que seja conferido ao Viveiro das Trutas a dignidade que o espaço merece. - Por outro lado, as casas que antigamente estavam funcionais e onde estavam localizados os Cães da Serra, estão em ruína. Mais, nessa encosta verifica-se a existência de tubos de borracha, que estão à vista. Considerou que aquele é um recanto que Manteigas merece que seja aprimorado. -----

### -----PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

#### -----PONTO 2.1-----

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES ANTERIORMENTE COLOCADAS PELO PÚBLICO, QUE NÃO TENHAM  
----- FICADO ESCLARECIDAS -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*António*

----- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra referiu que foram colocadas várias questões, sendo que um dos temas abordados se prende com um ponto que está agendado na Ordem de Trabalhos desta sessão. Nesse seguimento, explanou que a situação da Pousada e de outras estruturas hoteleiras de alto nível, que estão a ser edificadas em Manteigas, são fulcrais para o desenvolvimento desta terra, que atualmente vive do turismo, sendo este o presente e o futuro deste concelho. Como tal, Manteigas tem de ter qualidade no apoio que presta ao turista, e que as outras localidades nas redondezas já possuem, porque se um turista tiver essa oferta na Covilhã, em Seia, Gouveia, Unhais, ou em qualquer outra localidade em volta de Manteigas, não vem para o nosso concelho. Declarou que é necessário pensar muito bem o que é prioritário e como teve conhecimento da problemática que se passa em torno da Pousada de São Lourenço, considerou ser importante a Assembleia Municipal discutir esse tema, por isso solicitou aos Senhores Deputados que estudassem bem esta questão e investigassem o que se passa. -----

Mencionou que atualmente o processo está em tribunal, mas o Órgão Deliberativo tem que formar opinião sobre a importância que a Pousada de São Lourenço e as várias unidades hoteleiras têm no concelho, em termos de turismo, sendo que é isso que se pretende que seja discutido e não propriamente a questão que existe entre os Baldios, o representante da Pousada de São Lourenço e a Câmara, que está a ser dirimido em tribunal. Em relação à sugestão apresentada pelo Senhor António Leitão, sobre o Senhor Padre Parente, considerou ser brilhante. No seu ponto de vista, é importante que fique alguma memória visível, também para o turista ver. No que concerne ao Viveiro das Trutas disse ter ficado triste com o que foi reportado pelo Senhor Dr. José Duarte. Indicou que tem conhecimento de muitas pessoas que vivem em Lisboa e que dizem que adoram vir a Manteigas, e quando fazem referência ao concelho, falam sempre no Viveiro das Trutas. Aludiu que Manteigas, até há uns anos a esta parte, tinha apenas como ponto atrativo para os turistas o Viveiro das Trutas, felizmente, atualmente, não é só isso, contudo é muito triste, principalmente para quem adora esta terra, ver que uma zona que era um atrativo turístico desaparecer. O Viveiro das Trutas está sobre a gestão do ICNF, contudo se não formos nós próprios a tratar da nossa terra, não serão as estruturas que estão sediadas em Lisboa, que irão fazer isso, porque muitas vezes nem sequer têm conhecimento que as mesmas existem. -----

Disse que ia passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, pois é quem tem a competência para responder às questões levantadas, sendo que ele apenas tinha feito um comentário aos assuntos suscitados. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. No que diz respeito ao muro que está junto à Igreja de Santa Maria, concordou que o mesmo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

deve ter um tratamento melhor, mas recordou que esse muro é privado, é um muro de suporte dos terrenos de nível superior à estrada e é um terreno privado, qualquer intervenção que ali tenha que se fazer carece da autorização privada, ou então de um processo de posse administrativa, que teria de ser dirigida aos tribunais e isso demora imenso tempo. Disse que acolhia de boa-vontade a sugestão que foi feita, sendo que o painel pode ser colocado em outro local, e estava disponível para isso, tal como já aconteceu no passado, em que houve o entendimento de retirar alguns painéis desse espaço, por se considerar que entravam em conflito com a imagem que se pretende do adro de uma Igreja. -----

No que concerne ao Viveiro das Trutas, disse ser uma questão mais difícil de resolver. O Senhor Dr. José Duarte já colocou esta questão por diversas vezes em reunião de Câmara, assim como tem colocado outras questões sobre o território de Manteigas, que no seu ponto de vista, tem o feito de uma forma menos bem direcionada. Explanou que apontar o dedo à Câmara Municipal, como sendo quem tem toda a responsabilidade de resolução das questões que têm naturalmente custos, que têm necessidade de investimento e que oneraram parte do investimento, naturalmente que essas questões têm de ser apontadas a quem tem o orçamento e a responsabilidade na gestão do património do Estado, porque o Viveiro das Trutas é um património do Estado. Informou que o Viveiro das Trutas foi objeto de várias conversas ocorridas em várias reuniões, tais como na reunião da Comissão Estratégica do plano de alteração ao Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela, em dezembro do ano passado, na reunião do Conselho Consultivo do Parque Natural da Serra da Estrela e também numa reunião com toda a estrutura técnica da região centro do ICNF, realizada no Município. Deu conhecimento o que tem sido dito por parte do ICNF, que gere o Viveiro das Trutas, que haverá tempo para resolver os problemas, mas o tempo passa e os trabalhos estão por fazer. -----

Explanou que junto do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente foram expostas as problemáticas que tem advindo do ICNF, no que concerne à morosidade na resolução dos problemas, pela falta de intervenção direta da estrutura técnica do ICNF, que é perfeitamente notória, a não ser em momentos de fiscalização acérrima, por vezes descontrolada e um pouco exacerbada, para além do que é o Plano de Ordenamento, sendo que aí são bastante atuantes, no que diz respeito à realização de trabalho da sua competência. Mencionou que no início deste mandato foi desencadeada uma nova forma de relacionamento com o ICNF, atendendo à importância que tem a conservação natural, ambiental e a defesa das espécies biogenéticas em presença na Serra da Estrela, ao mesmo tempo que há o entendimento que é uma carga demasiado pesada para os Manteiguenses e, em certa parte, obstrutiva na receptividade e no acolhimento turístico, que se pretende para a nossa região. Indicou que vai ser tomada uma postura de defender os valores da Serra da Estrela, mas denunciar a falta de responsabilidade



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Fátima*

de quem tem o dever de olhar por aquilo que é do Estado, e tal tem sido feito quer na comunicação social, quer em reuniões sistemáticas com os responsáveis, nomeadamente, com o Diretor de Departamento regional do ICNF. Contudo, é perceptível que a postura dessa entidade se mantém igual, e exemplo disso é o compromisso assumido há meses pelo ICNF de pintar a fachada do edifício do Parque Natural da Serra da Estrela e os trabalhos continuam por realizar. Por esse motivo, o Município decidiu expor esta problemática a estâncias superiores, tais como ao Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, ao Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais, que embora não tendo uma tutela direta sobre o ICNF, tem a ligação entre todas as Secretarias de Estado e no âmbito do Conselho de Ministros pode colocar as questões que nos preocupam. -----

Considerou que, se ainda assim a situação não for resolvida, a Câmara está disposta a congregar outras forças, outros Municípios da Serra da Estrela, vizinhos do concelho, e também no âmbito da Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, lançar uma discussão profunda sobre esta problemática. Declarou que não irão baixar os braços enquanto não houver trabalho realizado pelo ICNF. Comunicou que foi dado conhecimento, através de um Secretário de Estado, que está a ser preparada uma lei que aproxima as Câmaras Municipais da gestão das áreas preservadas. Ou seja, a lei que está a ser preparada irá atribuir a responsabilidade de gestão aos Municípios, em termos de decisão e na gestão dos quadros técnicos e nos meios disponíveis para a realização do trabalho, no sentido de existir uma intervenção mais direta no território. -----

No que diz respeito ao Viveiro das Trutas, declarou que será resolvida a questão da casa-de-banho e será conferida mais dignidade aquelas instalações. O canil é explorado por privados, mas também aí é necessário o Município intervir. Recordou que, há cinco anos atrás, tinha deixado na Câmara um anteprojecto para a requalificação de toda aquela zona entre o CIVGLAZ e os tanques de reprodução do Viveiro das Truta, assim haja candidaturas e financiamento, para o Município se poder substituir ao ICNF, na recuperação do espaço. Referiu que o bar que estava no Viveiro das Trutas foi demolido, porque não tinha condições de salubridade, as Autoridades competentes nessa matéria já tinham avisado a Câmara, que o mesmo não podia continuar a funcionar. Sendo que, após ter tomado posse solicitou ao ICNF que transferisse para a Câmara a posse da casa mencionada pelo Senhor Dr. José Duarte. Trata-se da antiga casa que albergava os Guardas Florestais, assim como os Técnicos do Ministério da Agricultura e das Florestas, quando vinham à Serra da Estrela passar uns dias. O espaço degradou-se, neste momento já nem para isso serve, contudo, o ICNF já disse, claramente, que não têm intenção de o transferir para a Câmara Municipal. O Objetivo do Município era conferir utilidade aquele espaço, implementado aí um restaurante temático, que explore a truta, como valor



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

importantíssimo na nossa gastronomia local, de modo a atrair turistas ao local. -----  
Mencionou que também já recordou o ICNF de um processo antigo, do mandato anterior em que presidiu a Câmara e que foi deixado em minuta para celebração de um contrato de cedência da casa dos antigos serviços florestais. Como é de conhecimento a casa está devoluta, apenas tem ocupado um ou dois compartimentos no rés-do-chão. Explicou que a Câmara tinha solicitado a cedência dessas instalações, tendo havido a concordância por parte do ICNF, contudo o protocolo que na altura foi feito desapareceu, assim como desapareceu a intenção do ICNF de ceder aquele espaço à Câmara Municipal. Informou que havia a pretensão de aí se instalar um Museu Municipal, tendo uma componente muito importante na área das florestas. Contudo, o ICNF afirma que está completamente fora de hipótese ceder esse espaço ao Município. Portanto, fica provado que mesmo que a Câmara esteja disponível para hipotecar uma parte do Orçamento, para se substituir à responsabilidade do ICNF, nem isso pode ser feito porque essa entidade não o permite. -----

### -----PONTO 2.2-----

#### -----APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR-----

-----O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra informou que chegou à Mesa da Assembleia duas propostas de alteração à Ata número dois, de 29 de dezembro de 2017. Uma das propostas foi entregue pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria e a outra foi solicitada pelo Grupo Municipal Unir e Mudar Manteigas (UMM). -----

O Grupo Municipal Unir e Mudar Manteigas, solicitou que na página 68, antes do penúltimo parágrafo, antes da intervenção do Senhor Presidente da Mesa, deve ser acrescentado o seguinte parágrafo: *“O Senhor Deputado Pedro Leitão sugeriu, relativamente ao assunto do modo de intervenção do Deputado Dr. Novo de Matos fora da qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia, que fosse consultada a CCDR sobre o modo legal de tal acontecer.”* -----

Na proposta de alteração à Ata supramencionada, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria solicitou que na página 16, 4ª linha, onde se lê: *“o Senhor Presidente da Assembleia Geral dos Baldios, Senhor Paulo Costa”*, deverá ler-se *“o Senhor Presidente do Conselho Diretivo dos Baldios, Senhor Dr. Paulo Costa”*, na mesma página, onde se lê: *“Explanou que entende que o Senhor Presidente da Assembleia Geral dos Baldios, Paulo Costa”*, deverá ler-se. *“Explanou que entende que o Senhor Presidente do Conselho Diretivo dos Baldios, Dr. Paulo Costa”*. No segundo parágrafo da página 16, onde se lê: *“O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria pediu a palavra para clarificar que a situação não se passava da forma como estava a ser descrita, havia alguma confusão sobre essa matéria”*, deverá ler-se: *“O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria pediu a palavra para clarificar que a situação não se passava da forma como estava a ser descrita. O*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*António*

Senhor Presidente da Assembleia estava a fazer alguma confusão sobre essa matéria, mais em concreto sobre os documentos relativos aos limites de Baldio, existem e são bem claros". Mais, referiu que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria sugeriu que na página 16 fosse introduzida a intervenção do Senhor Deputado Luís Melo e que não consta da mesma ----- O Senhor Presidente da Mesa explicou que a intervenção do Senhor Deputado Luís Melo não foi feita junto à Mesa, segundo o que se recorda, o mesmo já estava de saída da reunião e a sua intervenção não foi registada pelo aparelho de gravação. De qualquer forma o Senhor Deputado Luís Melo, não está presente nesta sessão para clarificar o assunto e indicar o que referiu nessa intervenção. -----

----- O Senhor Deputado Eduardo Monteiro, pediu a palavra, questionou sobre qual é a proposta que foi apresentada para a intervenção do Senhor Deputado Luís Melo. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa clarificou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria apenas sugeriu que fosse introduzida essa intervenção. Questionou este último, se conhece qual foi a intervenção do Senhor Deputado Luís Melo. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. Referiu que tinha proposto uma alteração que não foi mencionada pelo Senhor Presidente da Mesa, assim na página 15, na segunda linha onde se lê: "entrou em contacto com o Senhor Dr. João Tomás e com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria," deverá ler-se: "entrou em contacto com o Senhor Dr. João Tomás e com o Senhor Presidente do Conselho Diretivo dos Baldios de Santa Maria". Na página 48 onde se lê: "contudo estão em vias de se desmoronar para a passagem do Ribeiro, há muros que estão mesmo em ruína eminente, deverá ler-se: "contudo estão em vias de se desmoronar para cima das passagens pedonais existentes no Ribeiro e obstruírem a circulação de pessoas, há muros que estão mesmo em ruína eminente". -----

No que diz respeito à intervenção do Senhor Deputado Luís Melo, esclareceu que quando fez a dita intervenção ainda estava sentado, contudo na altura quando entreviu, não pediu a palavra e interveio de imediato. Recordou que o Senhor Deputado Luís Melo tinha dito precisamente o mesmo que ele tinha explanado na sua intervenção. Propôs, caso a Assembleia Municipal concorde, que seja consultado o Senhor Deputado Luís Melo sobre essa intervenção, que não consta da ata e caso o mesmo considere que deve constar, altera-se a ata supramencionada. ---

----- A Senhora Deputada Oriana Morais, no uso da palavra, alertou que após ser votada a Ata a mesma não pode ser alterada, podia-se, eventualmente, adiar a sua votação. -----

----- O Senhor Deputado Eduardo Monteiro disse que na sua opinião, considerando que a gravação da reunião em causa foi ouvida, se a intervenção do Senhor Deputado Luís Melo constasse da gravação ela teria sido vertida na Ata. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria esclareceu que tinha falado deste assunto como Senhor Deputado Luís Melo, e que este lhe confirmou que tinha feito essa intervenção, contudo no momento em que a realizou não pediu a palavra, interrompeu logo e possivelmente nessa altura não tinha o microfone junto dele. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou os Senhores Deputados sobre o que sugeriam para resolver este assunto. Interpelou se legalmente era possível adiar a votação da ata. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão clarificou que se a ata fosse rejeitada nesta reunião, teria de que ser votada e aprovada em outro dia, contudo não haveria nenhum problema em a mesma ser votada em outra reunião. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria aludiu que o Senhor Deputado Luís Melo também teve acesso à Ata e não se manifestou, como tal, no seu ponto de vista, a ata deve ser colocada à votação e cada Deputado vota conscientemente. Disse que alertou para a situação e tinha a sua intenção de voto, sendo que na sua opinião a Ata não corresponde ao que se passou na Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa com o objetivo de clarificar a situação telefonou ao Senhor Deputado Luís Melo. Após esse contacto telefónico comunicou à Assembleia Municipal que o Senhor Deputado Luís Melo lhe tinha dito que não pretendia acrescentar nada à Ata. Como tal, O Senhor Presidente da Mesa explicou que não podia aceitar a proposta do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de incluir na ata uma intervenção de outro Deputado. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão questionou se foi apresentada alguma proposta de inserir na Ata n.º 02 a intervenção do Senhor Deputado Luís Melo e caso tivesse sido se a mesma ia ser votada. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria confirmou que apresentou essa proposta, mas que possivelmente a mesma nem sequer chegou ao conhecimento do Senhor Deputado Luís Melo. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa verificando que não havia mais inscrições para intervir sobre esta matéria, colocou a **Ata número dois, da sessão da Assembleia Municipal de vinte e nove de dezembro de dois mil e dezassete**, à votação, tendo sido **aprovada**, com **dois votos contra, dez abstenções e sete votos a favor**. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganiha, solicitou a palavra, referiu que com todo o respeito pelo trabalho de quem redige as atas e não apontando pelo contrário o dedo a ninguém, o transcrito para o papel, no seu ponto de vista, não correspondia a algumas situações concretas ditas na referida Assembleia. Explanou que todos os que estiveram presentes na última sessão



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Fabrizio*

e que também estavam presentes nesta data, sabem bem o que foi dito nessa reunião e que efetivamente a ata não transparece na sua redação, por esse motivo disse ter votado contra. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Ferrão pediu a palavra, cumprimentou todos os presentes. Referiu que por ser a primeira vez que neste mandato estava presente numa reunião da Assembleia Municipal, desejava a todos um bom trabalho durante este mandato. Explanou que se absteve na votação da ata porque não esteve presente na última reunião. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, no uso da palavra explanou que votou contra a ata número dois, porque considera que o Senhor Deputado Luís Melo usou da palavra, nesse momento, no mesmo sentido daquilo que ele tinha dito, e não consta em Ata. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão, referiu que se absteve na votação da ata, atendendo ao que foi dito pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, que o Senhor Deputado Luís Melo realizou uma intervenção, não estando o mesmo presente para elucidar se interveio ou não e sendo a ata um instrumento fundamental de funcionamento de qualquer Assembleia, aquilo que fica registado em ata é aquilo que efetivamente se passou em Assembleia, no seu ponto de vista, a mesma não devia ser votada antes da questão estar devidamente esclarecida. -----

----- O Senhor Deputado Eduardo Monteiro solicitou a palavra, disse que compreendia o que o Senhor Deputado Pedro Leitão quis dizer quando referiu na sua explanação, que quando está em causa a intervenção de uma pessoa, é melhor votar ata quando a mesma está presente, mas não concordava com o Senhor Deputado quando disse que a ata é onde deve constar tudo. Explanou que as atas na Assembleia Municipal de Manteigas vêm pecando ao longo dos anos, porque são uma transcrição completa, o que não deveria de acontecer. Uma ata deve ser um resumo. Disse que esta situação é fácil de resolver, uma vez que existe a gravação de cada reunião do Órgão Deliberativo, a mesma pode ser disponibilizada para o público e a ata passar a ser um resumo. Sempre que os Senhores Deputados considerem que a sua intervenção deve constar em ata, antes de começarem a intervenção dizem que é para constar em ata. -----

Chamou à atenção que a pessoa que faz esta ata, é um funcionário que a Câmara perde e já há muitos anos. Deixou este apelo à consideração da Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, felicitou o Senhor Deputado Eduardo Monteiro, porque já tardava que em Manteigas tomassem atitudes deste tipo. Explanou que já passou por outras autarquias, já assistiu a dezenas e dezenas de Assembleias Municipais e de facto, o que se passa em Manteigas, não é o que se passa em outras Câmaras. Considerou que todos gostam de se ouvir referir na leitura das atas, mas apenas quando são assuntos importantes. Alertou que, por vezes há questões que se travam nesta Assembleia que não



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

deveriam mesmo constar em ata, sendo que a mesma deve ser uma sumula daquilo que se passa na reunião e dela deve constar os assuntos essenciais. -----

Fez votos que os restantes Deputados da Assembleia Municipal sigam esta vontade explanada pelo Senhor Deputado Eduardo Monteiro, de alterar a forma como as atas são elaboradas, porque a funcionária que redige as atas, demora três semanas para executar esse trabalho, não é fácil. Informou que já está disponível tecnologia de transcrição da gravação para um documento escrito, mas ainda não é uma tecnologia muito apurada, ainda assim considerou que as atas devem ser sintéticas. -----

### ----- PONTO 2.3 -----

#### ----- CONHECIMENTO DO EXPEDIENTE RECEBIDO E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES -----

----- O Senhor Presidente da Mesa indicou que toda a correspondência que foi recebida pela Mesa da Assembleia, foi publicada na *CLOUD*, desta forma todos os Deputados já tomaram conhecimento do expediente recebido, por esse motivo apenas ia indicar os títulos da correspondência recebida. -----

Mencionou que foi recebido de uma empresa denominada **GPS Frota** um e-mail cujo assunto é "*Controle a sua frota em tempo real*". A **CPCJ** remeteu um relatório completo da atividade anual da CPCJ de Manteigas em 2017, tendo inclusivamente solicitado à Dra. Fernanda Cardoso, para fazer chegar esse relatório às quatro pessoas que foram designadas por esta Assembleia para integrarem a CPCJ, porque considera ser muito importante esses quatro elementos, assim como Assembleia Municipal tomar conhecimento do trabalho que foi desenvolvido e dos temas que têm de ser mais tratados. -----

Da empresa **MOEBIOS**, foi recebido um e-mail relativo à modelação biológica no tratamento de efluentes de agropecuária, alimentar, industrial e outros. Do **Grupo Parlamentar os Verdes** foi remetida uma comunicação cujo assunto é: "**Parques de armazenamento de madeira queimada nos incêndios de 2017**". Indicou que a **Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM)** (cuja adesão do Órgão Deliberativo a esta entidade estava agendada na Ordem de Trabalhos desta sessão) remeteu uma comunicação onde dá conhecimento do 2º Encontro Nacional das Assembleias Municipais, em Lisboa no dia três de março. Explicou que a inscrição neste evento implicava o pagamento de uma verba, como tal solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que remetesse este assunto a deliberação do Órgão Executivo. Informou que a Câmara aprovou a entrada da Assembleia Municipal de Manteigas na ANAM. Explicou que este encontro é preparatório para o 1º Congresso Nacional da ANAM, era importante estar presente um representante da Assembleia Municipal de Manteigas, como tal, caso ele não possa estar presente nesse encontro, o Senhor Segundo Secretário da Mesa, o Engenheiro Daniel Costa representará a Mesa da Assembleia nesse evento. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Da **ANAFRE** chegou um correio eletrónico, que vem dar conhecimento do resumo e das conclusões do XVI Congresso da ANAFRE, que decorreu nos dias 27, 28 e 29 de janeiro. Do **Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações** foi enviado um e-mail onde deixam um repto que vão fazer uma greve. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara interveio para prestar uma informação relativamente à adesão da Assembleia Municipal de Manteigas à ANAM. Indicou que a mesma foi aprovada pela Câmara, só que não surte logo efeito imediatos, porque não há rubrica orçamental para o pagamento das cotas. A cota anual é de mil e duzentos euros (1.200,00€) e é necessário fazer uma alteração orçamental, que será feita logo que seja possível. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa retificou que a cota anual à ANAM é de mil euros (1.000,00€). Indicou que por lapso não foi agendado na Ordem de Trabalhos um ponto para intervenção dos Senhores Deputados antes da Ordem do Dia, como tal, se os Senhores Deputados desejassem intervir poderiam fazê-lo neste momento. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão clarificou que a lei define o que é o período antes da ordem do dia, e tal determina que nesse ponto os Deputados têm o direito de intervir. -----

----- O Senhor Deputado António Miguel referiu que se há uma falha assume-se essa falha, contudo a Convocatória não contempla o ponto de Intervenções dos Senhores Deputados antes da Ordem do Dia. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa assumiu que no Período Antes da Ordem do Dia há sempre um ponto que se destina à Intervenção dos Senhores Deputados, houve um lapso na convocatória e esse ponto não foi contemplado. Uma vez que o Presidente da Mesa assume a direção desta Assembleia, determinou que quem desejar usar da palavra ainda no Período Antes da Ordem do Dia podia inscrever-se. -----

----- A Senhora Deputada Bárbara Sabino solicitou a palavra, cumprimentou todos os presentes. Indicou que a sua intervenção ia na sequência da intervenção realizada pelo Senhor Deputado Eduardo Monteiro, com quem concordou relativamente à forma como as atas são redigidas. Referiu que, inclusivamente, tinha feito um trabalho de pesquisa sobre a forma como as Assembleias são dirigidas por outros Municípios, em termos de atas, e tanto em Municípios maiores, como em Municípios de menor dimensão, já existem um sistema de transmissão on-line das Assembleias Municipais, do qual disse ser apologista no âmbito da transparência municipal. Informou que, em conjunto com essa transmissão há também o género de um arquivo, em que qualquer pessoa pode ter acesso às gravações áudio, ou então à captação de imagem. Desta forma, a ata deixa de ser um texto com discursos diretos, para uma ata onde consta somente as deliberações, que no fundo são as conclusões desta reunião. Explanou que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

este é assunto que muito lhe interessa, sobre o qual tem vindo a pesquisar e que futuramente pretende avançar com uma proposta nesse sentido. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares pediu a palavra, cumprimentou todos os presentes. Aludiu que a sua intervenção neste ponto da Ordem de Trabalho tinha um cariz mais político, porque considerava que no ponto cinco, devem ser tratados assuntos mais diretamente relacionados com o nosso concelho e não tão ligados a aspetos políticos mais genéricos. Explanou que no decurso dos trabalhos desta Assembleia Municipal, verificou com agrado que há abertura para a elaboração de atas mais curtas, situação que anteriormente não se verificava. Recordou que já no anterior mandato tinha proposto que a gravação, que é feita e que serve de base à elaboração da ata, fosse disponibilizada no site do Município, contudo a anterior Mesa da Assembleia não mostrou qualquer abertura para isso. Referiu que ainda bem que há evolução e há novas ideias e um pensamento mais aberto. Disse que, no seu ponto de vista, é interessante realizar-se a transmissão em direto das Assembleias, inclusivamente, já tinha falado com o Senhor Presidente da Assembleia para consultar a Comissão Nacional de Proteção de Dados, para se perceber se não há nada que legalmente obste a essa situação. Considerou benéfico o Partido Socialista também ter essa abertura, sendo que podia contar com o contributo do PSD para essa evolução. Considerou ser interessante para um concelho como Manteigas, que tem muitos dos seus conceterrâneos a residir fora do concelho, poder transmitir num *live streaming* as Assembleias, de modo a poder acompanhar o Órgão Deliberativo. -----

Deu conhecimento que decorreu no último fim de semana o congresso do PPD/PSD de onde saiu uma nova Direção e uma nova linha de orientação política. Faz parte da estratégia política que foi delineada no congresso, uma aposta no interior e na descentralização. O Dr. Rui Rio, o novo líder do PSD, foi claro na sua intervenção de encerramento do congresso sobre essa matéria. A Comissão de Política Nacional já teve oportunidade de reunir esta semana e nomeou o Presidente da Câmara da Guarda, o Dr. Álvaro Amaro, enquanto coordenador dos Autarcas Sociais Democratas, para elaborar um documento que sirva de base para a negociação entre o PSD e o PS, para uma descentralização que todos esperam que venha a acontecer, com competências claras e acompanhadas do respetivo pacote financeiro, que permite executá-las. Essa linha de orientação política, entre outros aspetos foca-se no desenvolvimento integrado do território. Indicou que finalmente parece haver consenso nos dois maiores partidos políticos, para olhar para o Interior com olhos de ver e de fazer. Fez votos que essa abertura não se perca. Indicou que foi eleito para o Conselho Nacional do PSD e como tal, manifestou a toda a Assembleia e a todos os Municípios, que quem tiver sugestões, que considere serem interessantes e que queira fazer chegar à cúpula do PSD, terá todo o gosto em ouvir e apresentá-las no Conselho Nacional, quando para isso tiver oportunidade. Disponibilizou-se para



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Santinho*

ser um veículo transmissor dos anseios da população de Manteigas e da Beira Interior na Direção Nacional do Partido. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu os parabéns ao Senhor Deputado Nuno Soares por essa eleição, assim como disse que já tinha felicitado o Senhor Deputado António Miguel pela sua eleição a nível local dentro do Partido Socialista. No que concerne à transmissão das reuniões em direto da Assembleia Municipal, tal como foi referido, já acontece em vários municípios, tais como Lisboa, Porto, Coimbra, Cascais, Sintra, portanto considerava que não existia qualquer impedimento legal por parte da Comissão Nacional de Proteção de Dados, pois caso contrário isso não acontecia nesses locais. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria disse que no âmbito da intervenção do Senhor Deputado Nuno Soares, lembrou-se de um assunto que considera ser muito importante para o concelho, que são as acessibilidades. Indicou que tem acompanhado um pouco de perto o trabalho desenvolvido pelo Senhor Deputado Santinho Pacheco na Assembleia da República, assim sendo, considerou que esta Assembleia devia na próxima reunião ou futuramente, debruçar-se sobre a questão das acessibilidades e manifestar junto do Senhor Deputado Santinho Pacheco todo o apoio e interesse da Assembleia Municipal de Manteigas por este tema, porque de facto as acessibilidade discriminam-nos negativamente, em relação a outros concelhos da Serra da Estrela, tendo declarado que se estava a referir aos túneis.

### -----Período da Ordem do Dia-----

#### ----- PONTO 3.1 -----

APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, APÓS

----- ALTERAÇÕES APRESENTADAS PELA COMISSÃO DE REVISÃO DO REGIMENTO -----

----- O Senhor Presidente da Mesa recordou que na última reunião foi constituída uma Comissão de Trabalho para elaboração do novo Regimento da Assembleia Municipal, composta pela Senhora Deputada Oriana Morais, pela Senhora Deputada Odete Ganilha e pelo Senhor Deputado Pedro Leitão. A Comissão tem realizado trabalho nesse sentido, contudo neste momento ainda não há consenso relativamente a este projeto de alteração. Informou que isso já foi discutido na reunião prévia à Assembleia Municipal, sendo que consideraram que o bom-senso deve imperar, não há pressas de se fazer um novo Regimento, porque até ser aprovado o novo regimento, o anterior está em vigor, como tal não há qualquer problema legal. Explanou que há o consenso por parte dos três elementos que integram esta Comissão, que este ponto deve ficar adiado para uma próxima reunião. Assim sendo, este ponto será adiado para uma futura reunião, entretanto a Comissão vai voltar a trabalhar e vai amadurecer todas as incongruências que ainda existem, quer estruturais, quer pontuais. Quando a Comissão tiver



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

chegado a um Regimento que possa ser benéfico para a melhoria do funcionamento desta Assembleia será novamente agendado este assunto. -----

-----O Senhor Deputado Pedro Leitão solicitou a palavra, considerou que todos os Deputados devem saber mais ou menos as conclusões que cada grupo tirou da Comissão e do trabalho de revisão. No seu ponto de vista, não há um entendimento do que deve ser um Regimento. Explanou que um Regimento rege o trabalho da Assembleia, mas não rege todo o seu trabalho. Indicou que neste momento o Regimento da Assembleia Municipal de Manteigas tem cerca de sessenta artigos, a maior parte deles são repetições de normas que estão na lei. Fez alusão que a Senhora Deputada Oriana Morais, dentro da discussão da Comissão, disse que havendo um documento que reúne essas normas legais, torna mais fácil a sua consulta. Explicou que nada tinha contra essa ideia, contudo era preciso haver o entendimento que tudo o que é copiado da Lei e colocado nesse Regimento, corre o risco de estar desatualizado. Recordou que o Regimento é de 2014, a Lei já sofreu sete alterações desde 2013, sendo que considerava que o Regimento não teve qualquer alteração durante os últimos quatro anos. Portanto, se houve deliberações tomadas pela Assembleia, com base em disposições do Regimento, é provável que estejam desatualizadas e todas elas têm risco de validade. -----

Face ao exposto, na ótica do Grupo Unir e Mudar Manteigas, o Regimento não deve estar pojado de tantas disposições e de tantas colagens legais. O que impera é a lei e o Regimento está muito limitado naquilo que pode efetivamente reger, como é o caso do Protocolo de Adesão à Convocatória Eletrónica. Informou que num pequeno resumo que remeteu à Comissão, são focados alguns dos pontos que o Regimento pode efetivamente reger, sendo que posteriormente podia fazer chegar isso a todos os Senhores Deputados. No seu ponto de vista, a Comissão estava a ter um trabalho imenso de rever artigos que são irrevisíveis, não está na competência da própria Assembleia e dos Senhores Deputados votar para que se mudem, porque são disposições que vêm da Assembleia da República. Por exemplo, Assembleia da República é que determina as competências da Assembleia Municipal, de acordo com o que está na Constituição. Ou seja, o Órgão Deliberativo não pode alterar as suas competências no Regimento, e mesmo que o faça de nada serve, porque o que impera é o que está definido na Lei. -----

Disse que queria que os Senhores Deputados fiquem cientes de que está a haver muito trabalho para algo que no fundo é inócuo, sendo que com isso não queria denegrir, nem retirar valor ao trabalho que foi feito, porque foi muito e sabe que as pessoas se dedicam, mas é preciso entender o que foi exposto, antes de se mergulhar novamente nas alterações do Regimento. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa clarificou que a última alteração à Lei 75/2013, que é o regime jurídico atual da Assembleia Municipal, foi uma alteração que ocorreu em dezembro de dois mil e dezasseis, sendo que o artigo 26º diz que a primeira competência da Assembleia



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Municipal é elaborar e aprovar o seu próprio Regimento, portanto isso está consagrado na lei. Referiu que na *Subsecção II Funcionamento*, no artigo 27º “*Sessões Ordinárias 1 - A assembleia municipal reúne em cinco sessões ordinárias anuais, em fevereiro, abril, junho, setembro e novembro ou dezembro, convocadas com uma antecedência mínima de oito dias por edital e por carta com aviso de receção ou protocolo.*” Face ao exposto, disse esta última revisão à Lei supramencionada, coloca em pé de igualdade o Protocolo (que também tem de ser decidido e votado pela Assembleia Municipal) ou então por carta registada com aviso de receção, como meio de convocatória da Assembleia Municipal. -----

No que concerne ao Protocolo, mencionou que percebia a preocupação da Senhora Deputada Oriana Morais, quando questiona como se sabe se um Deputado recebeu o e-mail da convocatória, enquanto que se a mesma for enviada por carta registada com aviso de receção, tem-se o feedback da situação. Contudo, alertou para o facto que quem envia um e-mail fica sempre com um registo conforme o mesmo foi enviado. Os Senhores Deputados, que não queiram receber a convocatória por e-mail, só têm que manifestar essa intenção e dizer que pretendem continuar a receber a mesma por carta registada com aviso de receção. Declarou que este ponto será apreciado e deliberado numa próxima reunião da Assembleia Municipal. ----

### ----- PONTO 3.2 -----

#### APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PROTOCOLO DE ADESÃO À CONVOCATÓRIA

#### ----- ELETRÓNICA PARA INTEGRAR NO REGIMENTO -----

----- O Senhor Presidente da Mesa explanou que, no seu ponto de vista, este ponto decorre do anterior. Se o Órgão Deliberativo vai votar um novo Regimento, onde está incluído o Protocolo de adesão à convocatória eletrónica, só faz sentido votá-lo depois de se votar o novo Regimento, que já fará menção a este Protocolo. Considerou que à semelhança do ponto anterior, o Protocolo só deve ser votado quando houver alguma conclusão da Comissão sobre o novo Regimento. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão solicitou a palavra, referiu que o protocolo em si, não é um documento que faça parte do Regimento, nem foi apresentado como anexo ao Regimento. Aliás, foi apresentado à Comissão, e nisso o Senhor Presidente da Mesa tem de ser muito honesto, pois não foi apresentado como proposta do Grupo Unir e Mudar Manteigas formalmente, foi trazido à Assembleia. Solicitou que tal não se volte a repetir, porque o Grupo Unir e Mudar Manteigas prefere a apresentar as suas próprias propostas, em vez de serem apresentadas por interposta pessoa. Explanou que o protocolo nada tem a ver com o Regimento, são dois documentos que podem ser diferentes. O Regimento não tem, necessariamente, de versar sobre o modo de convocar os membros da Assembleia, porque isso está definido na Lei e caso se verta isso para o Protocolo, o mesmo terá que ficar igual às



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

disposições legais, que referem que a convocatória é feita por carta com aviso de receção ou por protocolo. Aludiu que os Senhores Deputados são todos adultos, portanto sabem que quem aderir ao protocolo assume e aceita que passa a receber a convocatória via eletrónica e deixa de a receber por carta registada com aviso de receção, como tal, não irão posteriormente contrariar o que assumiram. -----

Mencionou que da última vez que o Grupo Unir e Mudar Manteigas falou na Comissão sobre este tema, apercebeu-se de um possível impacto social que o Protocolo pode ter, que é o facto de se deixar de utilizar os Correios para remeter as cartas da Assembleia Municipal para os Senhores Deputados, por isso considerou que a Assembleia deve debater sobre isso. Explanou que algumas semanas depois de o Unir e Mudar Manteigas ter feito a primeira proposta do Protocolo, porque esta já é a segunda versão, começaram a fechar lojas dos CTT por todo o país. Em nome do Unir e Mudar Manteigas disse que considerava que não deve ser adiada a votação sobre o Protocolo, a não ser que os Senhores Deputados queiram ter mais tempo para analisar este assunto, porque este documento nada tem a ver com o Regimento. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, mencionou que o Senhor Deputado Pedro Leitão fez um primeiro Protocolo em nome da UMM, que foi remetido para todos os elementos do Órgão Deliberativo. Posteriormente, o Senhor Deputado Pedro Leitão fez uma alteração ao Protocolo, que também foi remetida para todos os Deputados, portanto todos já possuem a proposta de Protocolo de Adesão à Convocatória Eletrónica do Grupo Unir e Mudar Manteigas, enviada 18 de fevereiro do corrente ano. Afirmou que esta proposta foi realizada pelo o Grupo Unir e Mudar Manteigas, que inclusivamente solicitou o agendamento deste ponto na Ordem de Trabalhos desta sessão. No seu ponto de vista, trata-se de uma proposta muito positiva. Avocou que compreendia o que foi explanado pelo Senhor Deputado Pedro Leitão, relativamente à confusão que está ciada em torno dos Correios em Portugal e que o facto de a Assembleia Municipal remeter a correspondência via eletrónica, pode ser uma forma, pelo menos local, de reduzir a sua capacidade de trabalho e de tudo o que daí decorre. Contudo, alegou que quando há uma proposta de um ponto para ser inserido na Ordem de Trabalhos, não o pode alterar por vontade própria. Referiu que na reunião prévia a esta Assembleia Municipal o assunto foi falado no sentido de se chegar a um consenso, mas como não houve consenso mantém-se o ponto, tendo considerado ser importante o Órgão Deliberativo debater sobre o mesmo, independentemente da intenção de voto de cada um sobre esta matéria. -----

Questionou se alguém desejava usar da palavra sobre este assunto, verificando a intenção da Senhora Deputada Oriana Morais em intervir, concedeu-lhe a palavra. -----

----- A Senhora Deputada Oriana Morais, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. Disse que pretendia apenas realçar o que já tinha comunicado no âmbito da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Partiu*

Comissão ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e aos colegas da Comissão, que diz respeito apenas à génese da natureza do ato de convocar. No seu ponto de vista, a génese do ato de convocar reside não num direito pessoal de um determinado Deputado, mas sim do interesse de ordem pública. Assim sendo, declarou que tem algumas dúvidas sobre quanto ao afastamento, ou à opção pessoal de cada um dos Deputados, dentro do Protocolo e consequentemente, ao direito eventual que cada um possa ter de escolher o meio para ser convocado. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa verificando que não havia mais inscrições para intervir sobre esta matéria, colocou o **Protocolo de Adesão à Convocatória Eletrónica para integrar no Regimento** à votação, tendo **tido aprovado com oito votos contra, duas abstenções e nove votos a favor**. -----

----- O Senhor Deputado Alfredo Marcelo, pediu a palavra, questionou se as pessoas que votaram contra o Protocolo, tem de aceitar serem convocadas por via eletrónica. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que o meio através do qual os Senhores Deputados recebem a convocatória é facultativo, portanto podem optar por continuar a receber a mesma, por carta registada com aviso de receção. -----

### ----- PONTO 3.3 -----

#### APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO SOBRE A EVENTUAL ADESÃO À ASSOCIAÇÃO ----- NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS -----

----- O Senhor Presidente da Mesa recordou que na última reunião já tinha remetido a todos os Senhores Deputados, uma carta que o atual Presidente da Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM) enviou à Assembleia Municipal de Manteigas, tendo agora remetido os Estatutos para terem conhecimento dos mesmos. Aceitou as inscrições do Senhores Deputados que desejaram intervir sobre esta temática. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares solicitou a palavra, referiu que a adesão à Associação Nacional das Assembleias Municipais já não é uma novidade para quem esteve nesta Assembleia no mandato anterior. Inclusivamente, a mesma já tinha sido votada por unanimidade, sendo que esta proposta é novamente remetida à deliberação da Assembleia Municipal, por uma questão de formalismo, porque a Câmara não tinha aprovado previamente a autorização, para que a Assembleia pudesse aderir. Indicou que Grupo Municipal do PSD é favorável à criação desta associação, pois pode ser uma mais-valia para a representação que as Assembleias Municipais não têm e o peso que não têm dentro da Associação Nacional de Municípios. Aludiu que há alguns pormenores nos Estatutos que considera que poderiam ser melhorados, contudo as associações são dinâmicas, como tal, nada impede que Assembleia Municipal adira a esta associação, e no futuro possa propor essas alterações aos Estatutos,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

assim como, possa haver outras Assembleias Municipais que colaborem connosco, no sentido de serem melhorados os Estatutos. Declarou que o Grupo Municipal do PSD, tal como fez na reunião de trinta de junho realizada na Freguesia de Sameiro, ia votar favoravelmente à adesão da Assembleia Municipal de Manteigas à ANAM. -----

----- O Senhor Deputado António Fraga cumprimentou todos os presentes. Disse que secundando as palavras do Senhor Deputado Nuno Soares, de facto este assunto já tinha vindo à deliberação do Órgão Deliberativo, sendo que no seu ponto de vista, é uma matéria que tem pouca discussão e acredita que vai ser aprovada por unanimidade. Referiu que há pouco foi suscitada a dúvida relativamente ao valor exato da cota que Assembleia Municipal de Manteigas terá de pagar anualmente a esta associação, contudo já ficou esclarecido que é no valor de mil euros (1.000,00€). Declarou que o Partido Socialista concordava com esta adesão, no seu ponto de vista, trará benefícios à Assembleia Municipal de Manteigas. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão referiu que os Senhores Deputados do Grupo Municipal Unir e Mudar Manteigas são novos na experiência com este tipo de realidades e de associações, como tal gostariam de ser elucidados de como é que funciona este tipo de associações, nomeadamente, porque já existe a Associação Nacional de Municípios, na qual a Assembleia Municipal de Manteigas tem representantes. Indicou que gostariam de saber quais os benefícios que poderão advir da adesão a esta associação. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa elucidou que se trata de uma associação acabada de nascer, portanto será o que todas as Assembleias Municipais quiserem fazer dela. A ANAM surgiu porque as Juntas de Freguesias já têm uma enorme força junto do governo central, os Executivos têm a sua própria associação que tem força formidável junto do governo central, mas as Assembleias Municipais eram o “patinho feio” disto tudo, pois não tinham qualquer poder quando são o verdadeiro poder. Explicou que o Órgão Executivo pode decidir sobre muitas matérias, contudo não pode fazer passar assuntos importantes ao seu Município, sem o aval da Assembleia Municipal. Portanto, o que se pretende é que as Assembleias Municipais adquiram outro tipo de poder junto do poder central e em termos gerais. -----

A Lei 75/2013, que regula as Assembleias Municipais, está sempre a mudar e em revisão, sendo que no último Congresso Nacional dos Municípios Portugueses, houve uma intervenção da Senhora Presidente Assembleia Municipal de Cascais, que explicou como é está previsto na Lei conferir às Assembleias Municipais outras funções que lhes atribuem maior importância a nível nacional. O objetivo da ANAM é reforçar o poder das Assembleias Municipais, porque até então eram, simplesmente, um órgão que fiscalizam as ações do Órgão Executivo e deliberavam sobre os assuntos que lhes eram remetidos, contudo isso é pouco para uma Assembleia Municipal. Disse ser de acordo que haja uma reformulação não só da Lei 75/2013, mas também de toda



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*António*

esta matéria. -----

Mencionou que esta Associação ainda está numa fase embrionária, houve apenas um primeiro encontro no fim de dois mil e dezassete e vai haver um segundo encontro nos primeiros dias de março do ano em curso. Deu conhecimento que no Congresso dos Municípios Portugueses, em Portimão, onde esteve presente a Dra. Helena Roseta, esta fez uma intervenção onde mencionou que na altura apenas setenta Assembleias Municipais estavam inscritas na ANAM, sendo que o objetivo era criar uma associação forte, com um número representativo e que pudesse ser parceiro em termos do poder central. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão, no uso da palavra, chamou à atenção que os Estatutos preveem a constituição de Delegações da própria ANAM. Segundo o que tinha entendido das intervenções anteriores, considerava que esta adesão ia ser aprovada por unanimidade, como tal deixou o repto para se diligenciar no sentido de trazer uma delegação, para junto do concelho, para a representatividade de Manteigas ficar melhor assegurada na Assembleia Nacional das Assembleias Municipais. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa disse que seria muito benéfico se isso acontecesse, porque seriam a voz deste Interior. Verificando que não havia mais inscrições para intervir sobre esta matéria, colocou a **adesão à Associação Nacional das Assembleias Municipais** à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

### ----- PONTO 3.4 -----

#### APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO SOBRE A EVENTUAL ADESÃO AO "MOVIMENTO PELO ----- INTERIOR -----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento que a Mesa da Assembleia Municipal recebeu da Assembleia Municipal da Guarda um repto para aderirem a este Movimento pelo Interior em nome da coesão. Nesse documento são referidas as pessoas que estão por detrás deste Movimento, que é o Dr. Álvaro Amaro, o Dr. Miguel Cadilhe, o Dr. Jorge Coelho. Trata-se de uma Moção que foi apresentada numa Assembleia Municipal a 18-12-2017, que contém uma série de ideias e conceitos. Referiu que na resposta a essa comunicação, disse que tinha a sua opinião pessoal sobre a matéria, contudo o assunto teria de ser discutido e votado em sede de Assembleia Municipal de Manteigas, tendo informado que na próxima reunião do Órgão Deliberativo ia agendar este ponto para ser discutido. Questionou se alguém desejava usar da palavra neste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- O Senhor Deputado António Fraga solicitou a palavra, disse que ao ler o texto revia a situação do concelho, sendo que considerava que é tempo de Lisboa olhar para aquilo que se chama Interior, com outros olhos e até com alguma seriedade de processos. Muitas vezes fala-se do Interior, parece que estão a defender o Interior, mas depois ou nos calham as migalhas ou



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

até há alguma hipocrisia na leitura. Indicou que do texto que foi remetido à Assembleia reteve quatro pontos, nomeadamente, o desequilíbrio territorial, a fiscalidade, a educação, o ordenamento do território. Na sua opinião, se ao menos nestas matérias se conseguir fazer algo de positivo, já merece a adesão da Assembleia Municipal de Manteigas a este movimento. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha sublinhou que já conhecia o movimento e já aderiu individualmente. Explanou que isto trata-se de uma Moção da Assembleia Municipal da Guarda, no entanto o Movimento é a nível nacional, tal como é referido nesse ofício e tem o alto patrocínio de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, do Senhor Comendador Rui Nabeiro, de vários Presidentes de Câmaras de todos os partidos, Presidentes de Politécnicos, Universidades entre outros. Deixou nota que cada um pode aderir ao Movimento individualmente, visto que o mesmo possui uma plataforma, até bastante acessível, para receber os contributos de qualquer cidadão, que tenha uma proposta ou ideia para combater a desertificação dos territórios do Interior. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para informar que Município também já votou a adesão a este Movimento, já tomou posição sobre esta matéria e já foi comunicada a adesão do Município de Manteigas. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares, no uso da palavra, referiu que tal como a Senhora Deputada Odete Ganilha, já conhecia este Movimento e já aderiu pessoalmente. Mencionou que acompanha este Movimento desde a primeira hora que ele começou a ser pensado e colocado no terreno, considerou que para todos os que vivem esta realidade, isto é um ponto a favor. Fez votos que não seja mais um movimento, mas que este seja o Movimento, porque no seu ponto de vista, finalmente começa a haver uma abertura diferente para tratar do Interior com a dignidade que merece. Explanou que não queremos ser o Litoral, mas queremos ser tratados com a dignidade que merecemos e ter o peso específico que temos. Não devemos ser abandonados, somos parte integrante do território. Portanto, nessa qualidade e em nome do Grupo Municipal do PSD, declarou que aprovam a adesão a este Movimento e apelou a todos, que por mais singelo que seja o contributo na plataforma, é muito simples deixar esses contributos, seja a título individual ou coletivo, para que também nos possamos rever neste Movimento, enquanto Assembleia Municipal, enquanto grupo municipal, enquanto cidadãos. -----

----- O Senhor Deputado Eduardo Monteiro disse concordar com aquilo que foi explanado sobre esta matéria, nomeadamente, o que foi dito pelo Senhor Deputado António Fraga. Referiu que queria deixar o seguinte repto: numa altura em que se fala tanto em descentralização e no Interior, no entanto já se ouve falar em descentralização e no Interior há muitos anos e nada é feito, seja qual for a força política que esteja a governar o país. Mencionou que a verdade é que adesão desta Assembleia, por mais efémera que possa ser a este Movimento, no seu



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*António*

entendimento, significa que as pessoas em Portugal passam a saber que o concelho de Manteigas existe e isso pode ser um veículo para esse fim. Declarou que é a altura de colocar a ideologia de parte e de lutarem todos juntos pelo mesmo, ou seja, que o Interior seja tratado da mesma forma que o Litoral. Explanou que tal como o Senhor Deputado Nuno Soares referiu na sua intervenção, não queremos ser o Litoral, mas queremos ter as mesmas oportunidades que tem o Litoral e este Movimento pode ser um bom veículo para isso. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão deixou o repto que se devia aproveitar este Movimento não só como um veículo para se fazerem ouvir e ver, como para a Assembleia Municipal, a Câmara Municipal e o concelho de Manteigas serem veículo para o Movimento atuar. Ou seja, considerou ser importante colocarem-se à disposição para que alguma coisa que o Movimento queira fazer, possa ser feita através de nós e não só sermos nós a tentar alcançar algo através do Movimento. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria referiu que o Movimento certamente irá ter algum documento que o vai reger, assim sendo, sugeriu que esse documento antes de ser aprovado em sede do Movimento, chegue sempre à Assembleia Municipal de Manteigas, para que possam ter conhecimento do mesmo, para poderem dar sugestões e propostas. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa indicou que em nome da Assembleia ia solicitar o que foi proposto pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria. Verificando que não havia mais inscrições para intervir sobre esta matéria, colocou a **adesão ao “Movimento pelo Interior”** à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

### PONTO 3.5 -----

--- SKYPARQUE – PONTO DA SITUAÇÃO E BALANÇO DO ATUAL CONTRATO DE CONCESSÃO ---

----- O Senhor Presidente da Mesa, no da palavra fez uma breve explanação sobre este tema. Referiu que o Skiparque é uma infraestrutura que poderia ser muito atrativa, como ponto turístico, para o concelho de Manteigas. Já teve os seus tempos áureos, mas de facto é sempre muito difícil os investidores, sejam ou não naturais desta terra, fazerem aqui investimentos e verem surtir efeitos, ao contrário do que se passa em outros concelhos vizinhos. Deu conhecimento que este ponto foi agendado na Ordem de Trabalhos desta sessão a pedido do Partido Social Democrata, tendo considerado ser importante a Assembleia Municipal debater sobre esta matéria. Na sua opinião trata-se de uma infraestrutura importante para Manteigas, para a área infantil/juvenil e não só, pois é um local de grande atração. Tem atraído muita gente, muitos jovens, quer na época alta quer na época baixa, até porque o conceito inicial era as pessoas poderem brincar um bocadinho na “falsa” neve, quando não há neve ou quando as condições meteorológicas não permitem o acesso à Torre. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Recordou que poucos anos depois de ter sido aberta a pista de ski em Sameiro, apareceu uma infraestrutura semelhante a esta na Amadora e, a verdade é que essa estrutura está sempre cheia de pessoas e continua a ter uma atividade normal depois destes anos. Logo há qualquer coisa que não está certa, porque a Amadora não tem as condições que tem o Skiparque em Sameiro, em que o turista está a fazer ski numa paisagem de montanha e às vezes até tem neve de verdade. O Skiparque foi aberto em 2014, teve bastante adesão e durante uns anos funcionou normalmente, de repente deixou de funcionar e agora já não funciona há algum tempo. Além do mais o complexo do Skiparque tem nele inserido um parque de campismo e casas de turismo de habitação. Questionou se alguém deseja usar da palavra para intervir sobre este assunto, verificando a intenção do Senhor Deputado Pedro Leitão em intervir, concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão explanou que relativamente a este assunto não se ia pronunciar por razões profissionais. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou o Senhor Deputado Pedro Leitão se esta matéria já foi levada para o tribunal. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão explanou que desconhecia se o assunto já estava em tribunal, nunca teve contacto com o processo, contudo reiterou que motivos profissionais não lhe permitiam pronunciar-se sobre esse tema. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares solicitou a palavra para explicar o motivo do pedido de agendamento deste tema na Ordem de Trabalhos. Explanou não era a primeira vez que fazia este pedido de agendamento, já o tinha feito, no mandato anterior, pelo menos duas vezes e o Senhor Presidente da Mesa na altura, achou por bem que o mesmo não fosse agendado, por motivos que ele conhecerá e que nunca transmitiu na sua génese. Tendo havido alteração da Mesa da Assembleia e da sensibilidade para este tema, disse ter considerado oportuno voltar a abordar deste assunto, porque o atual concessionário tem um contrato feito pelo Executivo Camarário, com autorização desta Assembleia Municipal, no ano de dois mil e nove. -----

Referiu que após decorridos nove anos, percebe-se que a dinâmica que se pretendia com este novo contrato não foi alcançada. Este equipamento tem uma história muito complicada, inicialmente foram feitos o parque de campismo e a praia fluvial, que embora funcionando independentes da parte da pista de ski, fazem parte do mesmo complexo. A Câmara adquiriu os terrenos, fez o parque de campismo e a praia fluvial, contudo a estrutura da pista de ski foi feita através de um contrato de concessão, construção e exploração, logo por aí houve algumas dificuldades. Explicou que na altura não havia legislação que obrigasse a determinadas normas na construção deste tipo de equipamentos. Recordou que este equipamento foi inovador a nível nacional, não havia nenhuma pista de ski sintética em Portugal. Pelo seu carácter inovador e não



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

havendo legislação na altura, o concessionário fez da maneira que achava melhor e provavelmente mais rentável, uma vez que eles iriam ter além da construção, também a concessão do espaço por vinte anos. Entretanto, surgiram outras pistas de ski na Amadora, em Santa Maria da Feira (em Mozelos), algum tempo depois, inclusivamente, a Câmara de Seia também anunciou que iria fazer uma pista de ski enorme, projeto esse que nunca avançou. -----

Posteriormente, é publicada legislação que se aplica a este tipo de equipamentos, que não contempla exatamente algumas das situações que estão no Skiparque, nomeadamente, em termos de largura da pista, em termos de impermeabilização, que é obrigatória para o tapete, em termos da telecadeira, que quando foi construída não tinha legislação específica. Informou que na reunião prévia a esta Assembleia o Senhor Bernardo Santos, que é dos gerentes da empresa que explora o complexo, reuniu com o Senhor Presidente da Assembleia e com os líderes da Bancadas e prestou alguns esclarecimentos sobre o que se passa neste momento. Indicou que neste momento o concessionário do complexo está com dificuldades, face às várias alterações legislativas que houve para aquele tipo de equipamento. O equipamento nunca foi licenciado completamente, a parte do bar principal, que fica ao fundo da pista de ski e a parte do transporte nunca foram licenciadas. Segundo as informações prestadas pelo Senhor Bernardo Santos foram feitas várias tentativas para legalizar os equipamentos, contudo tem sido difícil porque as normas foram alterando e não houve uma adaptação do equipamento às novas normas. -----

Por outro lado, pretendiam que as casas que integram o parque de campismo, que seriam para funcionar como bungalows, face à nova lei que está em vigor, também não podem estar incluídas no parque, o que também obriga que haja ali algum rearranjo do espaço, para que possa haver licenciamento. Perante todas estas dificuldades e face ao investimento que foi feito no local, embora não se possa dizer que esteja a ser desperdiçado, mas também não está a ser aproveitado no seu potencial. Explanou que solicitou o agendamento do ponto, para se perceber por parte do concessionário quais são as dificuldades que estão a ter, perceber também junto do Executivo o que poderá ser feito, para ajudar a resolver esta situação e permitir que o equipamento seja licenciado e possa funcionar em condições e também perceber que tipo de trabalho a Assembleia pode desenvolver para que finalmente a situação seja sanada. -----

Declarou que não estava a apontar o dedo a ninguém, nem pretendia isso, porque as responsabilidades são de várias pessoas e de todos os partidos, apenas se pretendia perceber o motivo e o que se pode fazer para que o espaço funcione e não haja estes constrangimentos. Já se percebeu que a parte de legalização do equipamento não está a ser fácil, embora o concessionário esteja a desenvolver contactos e tenha já feito alguns trabalhos para conseguir adaptar a situação, mas de facto há muitas dificuldades para o fazer. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Deputado António Fraça, no uso da palavra, focou que o interlocutor sobre esta matéria é o Executivo Municipal, representado pelo Senhor Presidente ou por quem legalmente o substitua. Corroborou que todos estão a tentar fazer o melhor possível para que o complexo do Skiparque tenha sucesso e perceber qual o motivo de não ter esse sucesso. Recordou que não foi por acaso que o atual Presidente da Câmara, Esmeraldo Carvalhinho, juntamente consigo, na altura na qualidade de Vereadores, publicaram no dia 15 de abril de 2006, no jornal Notícias de Manteigas o que lhes oferecia dizer sobre esta matéria, baseados num documento técnico e jurídico da própria Câmara Municipal, que lhes tinha sido entregue. Explicou que na altura como o tema não tinha sido agendado na reunião de Câmara, após aprovação da respetiva ata e de uma discussão pública ocorrida no dia 22 de março de 2006, sentiram-se no direito de elucidar as pessoas. -----

Reiterou que o interlocutor é o Senhor Presidente da Câmara, e embora seja certo que ainda tem pouco tempo de mandato decorrido, ainda assim gostaria de ouvir o que tem para dizer sobre este assunto. Na reunião prévia apenas foram exploradas questões de pormenor e retratado o ponto de situação. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa explanou que Senhor Deputado Nuno Soares tinha formulado três pedidos sobre esta matéria: que fosse agendado este tema na Ordem de Trabalhos desta reunião; que fosse solicitado ao Senhor Presidente da Câmara um dossier completo sobre esta matéria, para posteriormente o assunto ser debatido corretamente na Assembleia Municipal; e pediu que fosse ouvida a pessoa que representa o atual concessionário. Nesse seguimento, disse ter enviado um *e-mail* ao Senhor Presidente da Câmara, que lhe respondeu, que tinha tomado posse há cerca de três meses, como tal era difícil criar um dossier completo sobre esse tema, assim sendo, o assunto ficaria para ser abordado e debatido em reunião da Assembleia. Aludiu que o concessionário já expos a sua visão sobre o assunto na reunião prévia a esta Assembleia, sendo sempre importante ouvir as duas partes. Neste seguimento, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, no sentido de poder prestar esclarecimentos sobre esta temática. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha estava inscrita para intervir, contudo neste momento disse que não ia usar da palavra para intervir . -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que o debate que estava a acontecer sobre esta matéria diz respeito a questões que estão a ser tratadas pela Câmara, que já deviam ter sido tratadas há muito tempo, mas que a Câmara tem a obrigação de tratar e de resolver. Declarou que este impasse não leva de facto a lugar nenhum, não leva ao desenvolvimento de Manteigas, nem à perseguição dos interesses do operador económico que explora aquele equipamento. Mencionou que seria bom se a Assembleia conseguisse arranjar



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Handwritten signature*

uma solução para isto, contudo o Órgão Deliberativo pode discutir as questões, pode dar opiniões, fazer perguntas sobre o processo e fiscalizar o mesmo, mas não pode interferir naquilo que é a relação contratual entre operador económico e a Câmara Municipal, nem pode interferir nas competências que cabem à Câmara Municipal e não ao Órgão Deliberativo. -----

Explanou que no sentido de tentar resolver este problema, já não era a primeira vez que tomava contacto com este assunto, tal como foi dito pelo Senhor Deputado António Fraga, desde dois mil e cinco que este processo tem sido uma preocupação para ambos, de tal forma que quando tomaram posse em dois mil e nove, as decisões que foram tomadas, foram no sentido de melhorarem o funcionamento daquele equipamento. Recordou que como era de conhecimento de todos, em dois mil e nove o complexo do Skiparque estava completamente parado, a cancela estava fechada na maior parte dos dias, havia um funcionário que ia ao local de vez em quando, apenas para haver alguma presença no espaço, havia obras que não tinham sido concluídas. No âmbito do tal projeto de concessão/construção/exploração, havia, portanto, uma irresponsabilidade total no que diz respeito ao investimento importantíssimo para o concelho.-----

Explicou que nesse sentido cancelaram o contrato de concessão, de modo a acabar com os incumprimentos, por parte do então concessionário e lançaram um novo concurso para adjudicação. Tendo concorrido uma empresa de Manteigas, fundada com gente de Manteigas e que iniciaram um novo processo de exploração. Nesse processo de exploração havia um determinado tempo de carência, exatamente para que o concessionário fizesse as obras que faltava fazer, para que durante um determinado período em que não pagava as rendas, pudesse ser ressarcido do investimento que ia fazer, no âmbito do tal projeto de concessão/construção/exploração, deficientemente iniciado. O período de carência terminou em julho de dois mil e treze, nessa data a empresa fez o primeiro pagamento da renda, no valor de cinco mil euros (5.000,00€), a renda era evolutiva ano após ano, sendo atualmente no montante de trinta mil euros anuais (30.000,00€). -----

Explanou que posteriormente, na qualidade de Vereadores do Município, vieram a ter conhecimento que o operador económico comunicou à Câmara a impossibilidade de levar a cabo alguns licenciamentos, alguns trabalhos a que estavam obrigados pelo contrato de concessão e de levar a cabo o licenciamento, que também era da sua responsabilidade, tal como é referido no contrato de concessão. O concessionário alegou que não conseguia obter licenciamento do equipamento, porque a construção daquele equipamento estava completamente deficiente, tanto a pista de ski como a telecadeira não tinham sido construídas mediante as normas apropriadas para que pudessem ser licenciadas. Isso significa que não tendo cumprido as normas, não tendo sido construído de acordo com as regras do licenciamento, teria que ser objeto de um novo licenciamento, teria que ser objeto de uma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

alteração, de uma substituição do equipamento já existente. Alegou que esta situação já decorre desde 2014 e durante estes últimos quatro anos. -----

Disponibilizou ao Senhor Presidente da Mesa a correspondência trocada entre o operador económico e a Câmara, para que os Senhores Deputados possam tomar conhecimento da mesma. Referiu que nessa correspondência poderá verificar-se qual foi a posição do operador económico e qual foi a posição da Câmara durante os últimos quatro anos e também alguma correspondência já trocada no seu primeiro mandato como Presidente da Câmara. Declarou que não ia apontar nesta sessão para soluções, as soluções não devem sair desta Assembleia. Considerou que o Senhor Presidente da Mesa não ia nomear uma comissão técnica para resolver os problemas do Skiparque, mas se assim o desejarem aliviam o trabalho do Executivo. Declarou que não queria ser aliado neste processo, queria levar este processo até ao fim e tal como tinha pegado neste processo em dois mil e nove, voltou a pegar no mesmo em dois mil e dezassete, sendo que a Câmara tem vontade de resolver a situação. Indicou que esta instabilidade não é benéfica para o concelho, nem para o operador económico e tem que ter uma solução. -----

O Senhor Presidente da Câmara afirmou que é preciso ter coragem para assumir e tomar posições, a questão do populismo e do medo de tomar decisões, porque é impopular, não leva a lado nenhum. De fato quando o tempo passa e os problemas persistem, não se pode esperar que o concelho evolua. Disse que não é Presidente da Câmara para estar de braços cruzados perante os problemas e não os resolver sejam eles quais forem. -----

Deu conhecimento que está a ser desenvolvida uma Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG) para aquele local, que permita a inclusão de outro tipo de equipamentos e que não limite, tal como acontece atualmente no âmbito do PDM, a exploração daquele espaço, de modo a poder ter outro tipo de equipamentos, perfeitamente enquadrados na natureza e naquilo que é o Plano de Ordenamento da Serra da Estrela. Aludiu que a Câmara quer soluções para evoluir neste processo, mas também quer soluções para dizer ao operador económico, que as razões dele, caso as tenha terão que ser atendidas, onde não tiver razão não pode ser atendido. Portanto o Executivo está disposto a chegar a um entendimento, mas também tem que haver abertura por parte do operador económico, não só na apresentação das queixas, mas também na apresentação e aceitação das soluções. Só desta forma se consegue chegar a algum lado, porque há equipamentos naquele espaço que funcionam perfeitamente e de onde é retirado proveito económico, se porventura esse proveito económico é investido em outro local do equipamento ou em outros equipamentos do mesmo complexo, o investidor é que sabe o que está a fazer, mas, indubitavelmente, os equipamentos funcionam, têm clientes, têm movimento que geram certamente receitas económicas. Como tal, não se pode simplesmente passar uma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

borracha em cima do contrato e dizer a partir de agora não se paga nada e não há dívida à Câmara. Disse ter conhecimento que essa não é a intenção do operador económico, a intenção é chegarmos a um acordo, que será proposto ao Órgão Executivo e caso se reconheça que é da competência da Assembleia, o assunto será trazido à Assembleia para deliberar. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse que embora as propostas da Câmara nunca podem ser alteradas na discussão da Assembleia, o Executivo está disponíveis para receber contributos. Declarou aquilo que se passou sobre este processo, foi o laxismo de quatro anos de troca de correspondência, sem que absolutamente nada fosse feito. Referiu que foi benéfico o Partido Social Democrata solicitar o agendamento deste tema, porque o mesmo tem de ser discutido desta forma: qual o motivo por que demorou tanto tempo a resolver esta situação e qual o motivo de agora, em tão pouco espaço de tempo, se exigir a resolução do problema. Explanou que o Executivo está disponível para trabalhar e para resolver o problema, contudo esperava que não se criassem obstáculos a essa resolução. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que enquanto estiver a presidir a Mesa da Assembleia e a coordenar os trabalhos, sempre que não tiver conhecimento sobre um determinado assunto, irá tentar primeiro informar-se sobre o mesmo, para depois ser debatido. Indicou que não tinha conhecimento do que se passa no Skiparque como tal, não podia vir coordenar os trabalhos sem ter conhecimento profundo da situação, seja ela qual for. Sendo que também considerava ser incorreto os membros da Assembleia discutirem ou opinarem sem terem essa informação. O Órgão Deliberativo precisa de informação, que pode ser trazida pela Câmara ou através dos envolvidos, para poder debater os assuntos. Explanou que apenas se pretende obter informação, a execução não tem nada a ver com a Assembleia Municipal. As Assembleias Municipais são para discutir temas, para opinar, eventualmente para fiscalizar a atividade do Executivo, a execução é camarária. Sendo que isso está estipulado na alínea d) do artigo 25º da Lei 42/2016 de 28 de dezembro de 2016, que é a última atualização do regime Jurídico das Autarquias Locais: "*solicitar e receber informação através da Mesa e a pedido de qualquer membro (que foi o que se passou), sobre assuntos de interesse para o Município e sobre a situação de deliberações anteriores*". Considerou que enquanto Assembleia Municipal, não estavam a ultrapassar nenhuma das suas competências. Posto isto, questionou se mais alguém desejava intervir sobre esta matéria. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha, no uso da palavra, explicou o motivo de se ter inscrito e depois ter abdicado de intervir, foi porque tal como tinham dito que não tinha capacidade, e como desconhecia o contrato, inclusivamente, tinha ligado por várias vezes para a Dra. Fernanda Cardoso, para questionar se havia alguma legislação ou algum documento que acompanhasse este ponto, tendo sido informada que não, nada havia sobre o mesmo. Lamentou



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que essa documentação só tenha chegado agora porque, mais uma vez, irá fazer a sua intervenção, com base na pesquisa que realizou. Disse que pelo que percebeu e podia não ter estado atenta, novamente, mas por aquilo que percebeu o Senhor Presidente da Câmara refere que ele teve a coragem de rescindir o contrato. No entanto por aquilo que tinha pesquisado, verificou que na Ata n.º 17/2009 consta que: *“A Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos do estipulado nas alíneas c), d), f), g) e h) do nº 1 da cláusula 22ª do Regulamento da Concessão, rescindir o contrato de concessão celebrado com o Consórcio “Turismo da Serra da Estrela, TURISTRELA, S.A. e CERTAR, Sociedade de Construções, S.A.”* Disse ter ido verificar a data da ata supracitada e nela é referido: *“Aos dois dias do mês de Setembro de dois mil e nove, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente, José Manuel Custódia Biscaia”*. -----

Explanou que não tinha conhecimento do que estava explanado na documentação, que nesta reunião foi entregue pelo Senhor Presidente da Câmara ao Senhor Presidente da Mesa, contudo no que diz respeito ao que foi referido pelo Senhor Presidente da Câmara, que durante quatro anos nada foi feito, por aquilo que conseguiu pesquisar, isso não aconteceu só há quatro anos, mas há oito anos. Isto porque em declarações do Senhor Presidente na altura de 28 de outubro de 2010 para o Jornal o Interior com Catarina Pinto, é referido: *“segundo Esmeraldo Carvalhinho, Presidente da Câmara Municipal de Manteigas, o espaço começou a funcionar em dois mil e dois e reabre com nova dinâmica no sábado, sobre gestão de uma empresa do concelho. É uma reabertura simbólica porque nunca encerrou, disse o autarca recordando que quando tomou posse como Presidente da autarquia há cerca de um ano, verificou que o equipamento de desporto e lazer, único no país, não estava a cumprir os objetivos para o qual foi concebido” (...)* *“contou que a unidade até então explorada por uma empresa que tem a concessão turística de outros equipamentos da Serra da Estrela, apresentava sinais de degradação e a sua gestão era pouco dinâmica. Foi esta situação que levou a Câmara de Manteigas a cancelar o contrato e a abrir concurso com uma nova gestão, disse o autarca.” (...)* *“recuperou-se a dinâmica do Skiparque e será um local onde irão organizar-se muitos eventos, admitiu Esmerado Carvalhinho, contando que também que está ligado à promoção de produtos locais, compotas, bolos e queijos.”* Realçou que esta entrevista foi em 2010. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que a documentação foi cedida pelo Senhor Presidente, a pedido do Senhor Deputado Nuno Soares, que pretendia um dossier completo sobre tema. A referida documentação trata-se de e-mail's e comunicações efetuadas a partir de junho de 2011 até 10 de janeiro de 2018, sendo que será disponibilizada para todos membros da Assembleia Municipal que a desejem consultar. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*António*

----- O Senhor Presidente da Câmara solicitou a palavra, disse que percebeu que a Senhora Deputada Odete Ganilha estava à espera que falasse para depois fazer a sua intervenção. Considerou que a Senhora Deputada só repetiu aquilo que ele tinha acabado de dizer, que o equipamento não funcionava e por isso foi preciso rescindir o contrato, abrir um novo concurso e passar a uma nova exploração mais dinâmica. Dirigiu a sua intervenção ao Senhor Presidente Mesa, indicando que a correspondência que está no processo que lhe entregou, diz respeito às reclamações apresentadas pelo operador económico a partir do momento em que deixou de pagar as rendas, alegando que não tinha condições de exploração do espaço. Acrescentou que ia mandar juntar a essa documentação, uma cópia do contrato de concessão, onde diz quais são as responsabilidades da Câmara e quais são as responsabilidades do concessionário. Explicou que o processo é enorme e por isso é difícil de fotocopiar, mas fica à disposição dos Senhores Deputados que o queiram consultar. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou o Senhor Presidente da Câmara se contrato de concessão para este novo explorador tem data de 2009. Tendo o Senhor Presidente da Câmara confirmado. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares pediu a palavra, indicou que não pretendia alongar o tema, nem interferir nas competências da Câmara, assim como a Câmara certamente não quererá interferir nas competências da Assembleia Municipal. Considerou que foi claro, quando referiu que a intenção deste agendamento era perceber o motivo do complexo do Skiparque não funcionar e ajudar a resolver o problema. Obviamente, que não é a Assembleia que irá propor a solução. Mencionou que se o Senhor Presidente da Câmara achar que algum dos Senhores Deputados, ou toda a Assembleia Municipal pode colaborar, no seu entendimento, todos desejam ajudar naquilo que puderem para resolver o problema. Declarou que ninguém quer interferir no trabalho da Câmara. Disse que se pretendesse ter o mau espírito, com que o Senhor Presidente interpretou a sua intervenção, teria falado no que foi referido por esta Assembleia em 2009, na discussão do contrato, em que foram tecidas algumas críticas ao mesmo, sendo que algumas das situações que foram faladas vieram a concretizar-se, contudo considerou ser mais interessante não direcionar a sua intervenção nesse sentido. -----

Indicou que mantém o espírito aberto para colaborar, não pretendem propor a solução, isso dependerá do Senhor Presidente Câmara. Sugeriu ao Senhor Presidente da Mesa que o processo fosse digitalizado e disponibilizado na plataforma "Cloud". -----

----- O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra indicou que esse espírito de colaboração é transversal a todos os temas que são trazidos à Assembleia Municipal e fez votos que assim o seja durante os próximos quatro anos. O objetivo do Órgão Deliberativo é ajudar a resolver os problemas de Manteigas, ajudar e apoiar o Executivo nas medidas que sejam



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

benéficas para o concelho e criticá-lo caso faça algo que prejudique o Município, mas nunca estão contra a Câmara, ou contra alguém. O Senhor Presidente da Mesa aceitou a sugestão do Senhor Deputado Nuno Soares em disponibilizar digitalmente o processo na "Cloud". Não havendo mais inscrições para intervir sobre esta matéria deu como encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

### ----- PONTO 3.6 -----

#### ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA O CONSELHO MUNICIPAL ----- DA JUVENTUDE -----

----- O Senhor Deputado António Fraga, no uso da palavra comunicou que o Partido Socialista não ia apresentar proposta para a eleição de um representante da Assembleia Municipal para o Conselho Municipal da Juventude. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão pediu um esclarecimento relativamente à forma como podiam ser apresentadas as propostas, se as mesmas eram apresentadas por escrito. ----

----- O Senhor Presidente da Mesa, esclareceu que as propostas são apresentadas por escrito e têm de ser assinadas pelos respetivos proponentes. -----

----- Foi proposto pela Bancada do PPD/PSD juntamente com o Grupo Unir e Mudar Manteigas, como representante da Assembleia Municipal para o Conselho Municipal da Juventude o Senhor Deputado António Pedro Santos Leitão. Tendo a proposta sido aceite pela Mesa foi designada por Lista A. Não tendo sido apresentada mais nenhuma lista, foi a mesma posta a votação por escrutínio secreto. Tendo sido **aprovada por maioria, com dez votos a favor e nove abstenções, foi eleito o Senhor Deputado António Pedro Santos Leitão, como representante da Assembleia Municipal para o Conselho Municipal da Juventude.** -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão, no uso da palavra, agradeceu a confiança que lhe é depositada. Disse que teve conhecimento que tanto a Bancada do Partido Socialista como a Bancada do Partido Social Democrata, têm um representante através das juventudes, dado que desconhece quem são, solicitou aos seus colegas Deputados que o ajudem na adaptação ao Conselho Municipal da Juventude. -----

### ----- PONTO 3.7 -----

#### ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA O CONSELHO ----- EMPRESARIAL DE MANTEIGAS -----

----- Foi apresentada uma proposta pela Bancada do Partido Social Democrata, que foi designada de lista A, que em seguida se transcreve:

*"O Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe como representante da Assembleia Municipal para o Conselho Empresarial de Manteigas a Senhora Deputada Dra. Odete da Graça*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*David Ganilha*

*David Ganilha Almeida.*

*Manteigas, 23 de fevereiro de 2018*

*Os subscritores*

*Nuno Manuel matos Soares*

*Eduardo de Matos Monteiro*

*Carlos Manuel Abrantes Ferrão”*

----- Foi apresentada uma proposta pela Bancada do Partido Socialista, tendo sido designada de Lista B, que em seguida se transcreve:

*“O Grupo Parlamentar de Partido Socialista da Assembleia Municipal vem propor como representante da Assembleia Municipal para o Conselho Empresarial de manteigas a Senhora Deputada Oriana Marina Cleto Abreu Morais*

*Manteigas, 23 de fevereiro de 2018*

*Os subscritores*

*António José Ascensão Fraga*

*Oriana Marina Cleto Abreu Morais*

*António Miguel Aldeia Carvalho*

*João Abrantes Gaspar*

*Alfredo Serra de Carvalho Marcelo*

*Bárbara Filipa da Palma Cravinho Sabino*

*Joaquim Neves Biscaia*

*Paulo Manuel Santos Costa*

*Carlos Manuel Figueiredo Viegas”*

----- Foram submetidas à votação, por escrutínio secreto, as Listas apresentadas, obtendo a **Lista A dez votos e Lista B nove votos**. Assim sendo, foi a **Lista A aprovada por maioria**, e como tal **eleita a Senhora Deputada Odete da Graça David Ganilha Almeida, como representante da Assembleia Municipal para o Conselho Empresarial de Manteigas**. -----

----- PONTO 3.8 -----

DISCUSSÃO DAS MEDIADAS A TOMAR PARA CUMPRIMENTO DO PRAZO DE 31 MAIO PARA LIMPEZA DE TERRENOS POR PARTE DA AUTARQUIA E APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE SALVAGUARDA DA FLORESTA E PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS -----

----- O Senhor Presidente da Mesa explanou que este ponto foi agendado por proposta do Grupo Municipal UMM, contudo não lhe chegou qualquer proposta de salvaguarda da floresta e prevenção de incêndios. Deu como aberta a discussão deste tema e passou a palavra ao



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Senhor Deputado Pedro Leitão, que foi quem fez a proposta em nome da UMM, de integrar este tema na Ordem de Trabalhos. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão explanou que o Grupo Municipal Unir e Mudar Manteigas não tem medidas concretas para apresentar em termos de salvaguarda da floresta e prevenção de incêndios. Explicou que apresentaram esta proposta de discussão sobre esta matéria, porque estão preocupados com o facto de ter saído a notícia há pouco tempo e ainda não ter havido alteração das autarquias terem 20% do financiamento para os Fundos de Saneamento. Como tal, gostariam de saber se dessa altura a esta parte o Executivo tinha algum tipo de plano para evitar que isto viesse a acontecer, tendo em conta que o concelho de Manteigas tem uma área gigantesca de fronteira com a floresta. Manteigas esta completamente cercada por floresta ou mato. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha mostrou um folheto que recebeu do concelho de Anadia e que considerou interessante, o mesmo vinha a acompanhar a fatura de água e todos os munícipes o receberam. Explicou que o folheto em questão tem na parte da frente o número de contacto para recolha de monos e monstros e atrás tem a legislação resumida e exemplos das medidas. Deixou este folheto como uma sugestão, no sentido positivo, para o Município de Manteigas. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Sameiro solicitou a palavra cumprimentou todos os presentes. Retomando as palavras do Senhor Presidente da Mesa concordou com ele no sentido que só se deve falar com conhecimento de causa e após se fazer investigação dos temas. Relativamente a esta temática disse que ia estabelecer uma cronologia para que se pudesse perceber a situação. Indicou que no dia 26 de janeiro de 2017, reuniu o Gabinete Florestal da Câmara Municipal de Manteigas juntamente com o Senhor Sargento Proença do Serviço de Proteção da Natureza (SEPNA) da Guarda e os Senhores Presidentes de Junta. O objetivo da reunião foi aferir as medidas para sere aplicadas ao abrigo do Decreto-Lei 124 de 2006, portanto já existe legislação sobre esta matéria desde essa data. Posteriormente, todas as freguesias do concelho fizeram todo um trabalho muito profundo, reuniram as populações, elaboraram editais, folhetos informativos. Disse ter conhecimento que os seus colegas de Junta de Freguesia estão a fazer um trabalho contrarrelógio. No que concerne a Freguesia de Sameiro, no dia 03 de março reunimos com cinquenta e duas pessoas entre elementos da Junta de Freguesia, da Assembleia de Freguesia e os Guardas Florestais, onde foi ouvida e esclarecida a população, muitos deles mostram-se revoltados, porque são pessoas idosas, percorreram um grande caminho para chegarem até aqui e depois vem-lhe impor o que têm de fazer, estes aceitam, mas dizem que ainda há um ano não podiam cortar um único pinho. Houve um prospeto informativo que foi entregue em todas as casas. Declarou que isto é um país



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Handwritten signature in blue ink*

muito engraçado, porque no dia vinte de fevereiro, depois de todo este trabalho de informação e a Câmara também está a trabalhar, recebeu na caixa do correio a proposta para a equipa de sapadores florestais intervir na limpeza das bermas das estradas. Explanou que aquilo que o espanta é que as Infraestruturas de Portugal que deviam de limpar dez metros, ainda não fizeram qualquer limpeza, o próprio Governo que impõe, não executa. -----

No dia 26 de janeiro é pedido que as Freguesias executem os trabalhos de limpeza o mais rapidamente possível e que os Senhores Presidentes dessem o exemplo, limpando as propriedades dos fregueses que estão emigrados, ou as suas próprias propriedades caso as tivessem, de modo a darem o exemplo à população. No dia vinte de fevereiro as autoridades do SEPNA vêm da Guarda de propósito e ordenam que se pare o trabalho, porque se estava a cortar ilegalmente. Explicaram que primeiro é necessário preencher um documento, o designado "Manifesto", na plataforma do ICNF, e que por sinal não é nada fácil de preencher. Chamou à atenção que a população de Sameiro tem 60% de idosos, alguns nem sequer têm a escolaridade obrigatória, questionou como é que eles iam preencher esse documento. Como é óbvio, dirigiram-se todos às Juntas de Freguesias. Referiu que a Junta de Freguesia de Sameiro não possui nenhum administrativo, porque não tem financiamento para tal, esta situação causou uma enorme sobrecarga à Junta de Freguesia que preside. -----

Por outro lado, realçou as contradições que existem nesta matéria, inicialmente dever-se-ia limpar quatro metros, agora passou-se para dez metros e as pessoas estão baralhadas. No artigo 8º do Decreto Lei 124/2006 é referido que não se pode cortar azevinho, sobreiro e azinheira, quando se dirigem ao ICNF, dizem que vão ao local, mas que a Junta de Freguesia tem de arranjar tinta para pintar as árvores, porque é preciso ter autorização para cortar, contudo não apareceu ninguém para realizar esse trabalho. Disse que julgava que o prazo para limpar e cortar à volta das habitações é até ao dia 15 de março e depois até dia 30 de abril para limpar toda a área periférica. Afirmou que as Freguesias estão a ser muito solicitadas, as equipas de Sapadores, que mérito lhes seja dado, porque fala-se muitas vezes na televisão dos Bombeiros, mas esquecem-se das equipas de Sapadores Florestais, que essas sim conhecem o terreno profundamente, fazem um trabalho extraordinário e nem sempre são solicitadas pelas equipas de Proteção Civil, são muito mal pagos e correm enormes riscos. -----

No seu ponto de vista a nível nacional não há um consenso, os prazos são muito exíguos, faltam meios humanos, faltam meios financeiros, faltam meios materiais. Declarou que têm de entender esta problemática e prepararem-se para a gerir da melhor maneira, sendo que isto ou é o oito ou o oitenta, falta o sentido do bom senso e de equilíbrio. Referiu que há pouco tempo houve um técnico de floresta que lhe disse o que em seguida se cita: "se eu lá vou, até acho que aquilo está bem feito, mas depois chega lá um colega meu, começa a medir aquilo a passo e acha que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*está mal feito*”, em seguida as pessoas são multadas. Há pouco tempo cerca de quinze pessoas em Sameiro foram multadas e ainda não se sabe o motivo, tiveram de pagar cento e quarenta euros (140,00€), sendo que agora a multa será de duzentos e oitenta euros (280,00€) e só têm à presente data quinze dias para executar as tarefas. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, no uso da palavra cumprimentou todos os presentes. Considerou que este é um tema que preocupa a todos, no que concerne às medidas que estão a ser tomadas, no caso da Freguesia de São Pedro não têm mãos a medir. Referiu que o folheto que foi indicado pela Senhora Deputada Odete Ganilha, já foi falado numa reunião e julga que a Câmara já estará a elaborar o mesmo ou irá fazê-lo. A Junta de Freguesia que preside já publicou os avisos em todos os placares que dispõem, solicitou ao Senhor Padre para ler nas missas o aviso que fizeram sair, apelando a toda a população que é obrigada a limpar. Portanto tanto ele como os seus colegas Presidentes de Junta estão a fazer toda a dinamização, estão a fazer um porta-a-porta, a falar com as pessoas a avisar que tenham cuidado, pois a legislação já saiu e a GNR se fiscalizar a situação pode correr mal. -----

Informou que foram avisados tacitamente pelo Comandante da GNR, que quando a GNR for para o terreno fiscalizar, não vem avisar. Foi pedida à GNR que tivesse uma atitude pedagógica, contudo informaram que não podem fazer essa ação a título pedagógico. Preocupados com esta situação, indicou que estão a avisar as pessoas da Freguesia de São Pedro, estão a ir junto da população e estão a fazer atendimento na Junta de Freguesia, sendo que muitas pessoas os abordam na rua, estão a fazer tudo o que lhes é possível. Indicou que como não chega só fazer tudo o que é possível, disse que ao ter conhecimento que estava aberta uma candidatura para a criação de cem novas equipas de Sapadores Florestais a nível nacional, logo nos primeiros dias em que foi anunciada tentou informar-se sobre a mesma. Segundo as regras da candidatura para ser criada uma equipa de sapadores tem de se ter no mínimo dois mil e quinhentos hectares (2.500 ha) por cada equipa de Sapadores, como a Freguesia de São Pedro tem quase seis mil hectares (6.000 ha) considerou que reunia condições para ter duas equipas, até porque a Junta de Freguesia de São Pedro tem infraestrutura de armazenamento de máquinas, tratamento de máquinas e oficina, tem um armazém com trezentos metros quadrados (300m<sup>2</sup>), portanto com facilidade albergava duas equipas de Sapadores. -----

Face ao exposto, disse que fez uma tentativa de pedido e como leu toda a candidatura ao pormenor, houve algo que lhe suscitou dúvida e pediu esclarecimento, se a Freguesia de São Pedro que tem quase seis mil hectares (6.000 ha) para tratar e tendo infraestruturas prontas, podia ter outra equipa de Sapadores. Deu conhecimento que a resposta foi muito rápida, disseram que não podia, porque já tinha a equipa de Sapadores n.º X, por isso não tinha direito



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*António*

a mais nenhuma. Informaram ainda que estas equipas que estavam a ser criadas são para as freguesias que não possuem nenhuma equipa de Sapadores. Em suma, a Freguesia de São Pedro tem condições para ter duas equipas de Sapadores, porque tem terreno para tratar, precisa delas, tem terreno de particulares e baldio para limpar e não lhe permitem terem duas equipas de Sapadores. -----

Informou que os Sapadores da Freguesia de São Pedro estão a cumprir ao máximo a limpeza do terreno baldio, estão inclusivamente a limpar terreno particular, há muitos particulares que também estão a fazer essa limpeza, contudo é muito complicado para os particulares limparem, porque a Lei 114/2017 de 29 de dezembro voltou a ser alterada no dia 14 de fevereiro de 2018, ou seja, quem cumpriu a lei até ao dia 14 de fevereiro já não está a cumprir atualmente, portanto quem já fez o trabalho vai ter que o voltar a fazer até dia 15 de março, pois após essa data paga as multas a dobrar. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa disse que após esta discussão, na sua opinião, deveria ser elaborada uma Moção conjunta de todos os partidos, para ser remetida para a tutela, para o Governo Central, expondo a sensibilidade do nosso concelho para este assunto. -----

----- Foi sugerido que fosse o Senhor Deputado Pedro Leitão a redigir esta Moção, tendo o mesmo aceite essa tarefa e comprometeu-se a fazer a Moção até a o final desta reunião, para ser votada. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria solicitou a palavra, referiu que pretendia precisamente sugerir que fosse elaborada essa Moção, por isso subscrevi-a. Informou que tanto a Associação Nacional de Municípios como a ANAFRE estão a contestar esta Lei, uma vez que há muita dificuldade em torna-la exequível. Acrescentou que a população está devidamente informada, houve várias ferramentas e vários mecanismos que fizeram chegar toda a informação à população. Chamou à atenção que poderá surgir o problema de haver uma série de terrenos indivisos e com os herdeiros de terceira geração, já muito afastados de Manteigas, sendo que a limpeza desses terrenos vai sobrar para a Câmara, a partir do dia 01 de maio. Alertou que poderá também acontecer, caso se verifiquem condições climatéricas desfavoráveis, e embora o país necessite de chuva, mas nessas condições os Sapadores não podem operar no terreno e vai colocar em causa todas as datas estabelecidas. Sublinhou e subscreveu as palavras do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro relativamente ao trabalho dos Sapadores Florestais. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão louvou o trabalho que está a ser desenvolvido pelos Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia junto das populações, porque eles efetivamente eles estão mesmo perto da população que precisa de ajuda. Chamou à atenção para o facto de o Interior ser tão esquecido pelo Governo Central, que é transversal até a uma legislação deste



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

género, porque é muito bonito dizer-se que não se pode cortar sobreiros, azevinho, se tivermos uma quinta em Mafra, porque se tivermos um terreno na Serra, ou se tivermos em Almeida um terreno com sobreiros, de dois em dois metros há um sobreiro. Isto denota o desconhecimento completo da realidade do nosso país e por outro lado verifica-se um legislador na Assembleia da República, que se contradiz com tanto medo. -----

Explanou que como lida sistematicamente com a lei, verifica essa situação constantemente, e cumpre-se mais uma vez o ditado: *“é morto por ter cão e morto por não ter”*. Corta-se o terreno dez metros e porque se cortou um pinho de uma espécie que ninguém sabe avaliar se é a tal espécie protegida, recebe-se uma multa de cinco mil euros (5.000,00€) pelo ICNF. Por outro lado, não se cortou a espécie protegida, mas é multado porque não limpou o terreno. Apelou aos Senhores Presidentes de Junta, que têm essa proximidade com a população, que digam às pessoas que se podem defender, a GNR não é lei. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria respondeu que isso dá lugar a contraordenações porque a GNR cumpre a Lei. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão esclareceu que nos processos de contraordenações as pessoas podem defender-se sem pagarem nada, podem eventualmente ter um acréscimo de cinquenta euros (50.00,00€) se forem condenados, mas podem e devem se defender. O Estado não pode vir exigir ter um comportamento e ao mesmo tempo não o ter e vir multar porque se fez e porque não se fez. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares, no uso da palavra, realçou o trabalho que está a ser feito pelas Juntas de Freguesias, que têm trabalhado muito e bem. Realçou também o trabalho das equipas de Sapadores, que têm sido incansáveis para tentarem resolver o problema que o governo nos criou. O governo simplesmente desresponsabiliza-se de tudo o que acontece neste país. Desresponsabiliza-se dos incêndios e do combate aos incêndios, dos meios que não disponibilizou e agora desresponsabiliza-se também disto. O Governo atirar para as Câmaras uma responsabilidade que é sua. É de conhecimento de todos qual é o estado de limpeza e de cuidado das matas nacionais, depois tal como disse o Senhor Deputado Pedro Leitão: *“é preso por ter cão e preso por não ter”*. Aludiu que quando se inscreveu para intervir neste ponto, pretendia precisamente focar aquilo que o Senhor Deputado Pedro Leitão disse na sua intervenção. As pessoas têm que ser informadas que há uma lei para cumprir, mas que a lei não é tão cega quanto isso, as pessoas têm a possibilidade de se defenderem nos tribunais, porque o Estado não pode impor às populações coisas que não são exequíveis. Aludiu que todos os que conhecem a realidade do nosso terreno, sabem que em muitas situações são perfeitamente inexecutáveis estes trabalhos, não há meios suficientes, o Governo não disponibilizou esses meios, não há pessoas suficientes para executar o trabalho. As pessoas até podem ter muito



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*[Handwritten signature]*

boa vontade, podem ter dinheiro para fazer esse trabalho de limpeza, sendo que muitas delas não possuem condições monetárias para o fazer, e depois verifica-se aplicação de coimas superiores aos rendimentos que as pessoas têm. -----

Declarou que isto acima de tudo é uma desresponsabilização vergonhosa do Governo, em relação aos problemas do Interior e da falta de ordenamento do território, pela qual o Governo é responsável. Alertou que o Governo é aquela entidade que tem por obrigação zelar pelo interesse do país, pelo interesse do cidadão e não o subjugar a uma situação perfeitamente desajustada. É de conhecimento que a limpeza também traz problemas graves, em termos de incêndios, não é só a mata que é perigosa, a limpeza se não for feita corretamente, pode trazer um problema anda mais grave do que a falta de limpeza e isso também não está salvaguardado, além da erosão dos solos e de outros problemas ecológicos. Subscreeveu a proposta do Senhor Presidente da Mesa, no sentido de se redigir uma Moção para fazer chegar ao Governo, dando conta das preocupações da nossa população e dizendo-lhe, claramente, que o Governo pode legislar o que entender, mas que as pessoas sendo pessoas de bem, não podem de maneira nenhuma subjugar-se a esta desresponsabilização que o Governo quer ter. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, pediu a palavra, explicou que existe uma hierarquia de áreas naturais, temos um único Parque Nacional no país, depois existem os parques Naturais, as Reservas e as Áreas. Chamou à atenção para o contraditório desta situação, na reunião do dia 26 de janeiro alertou-se para o facto de ter sido criada uma lei linear e transversal, que não tem em conta a existência de Parques Naturais e quando se colocou a questão de cortar árvores como os plátanos, ou carvalhos alertaram o Senhor Comandante da GNR, que a biodiversidade, as áreas húmidas, os ecossistemas iam ficar todos destruídos. Parece que deixou de existir Parques Naturais e Áreas Naturais, ou seja esta riqueza patrimonial que tem Manteigas, que vende a sua floresta, os seus habitats, para aquele turismo mais científico que tem Manteigas. Explanou que chegou à situação caricata de ter um certificado do Conselho Científico da Formação Contínua de Professores, que lhe permite fazer ações de formação para professores a nível da Serra e tem que passar pelo ICNF para lhe comunicar que vai andar pela Serra com os professores, e é-lhe dito que tem de se cumprir cegamente o Decreto-Lei n.º 124/2006. -----

E mais uma vez se discutiu a questão da litoralização, das assimetrias, no seu ponto de vista a Assembleia tem de começar a convidar os alunos de todo o distrito da Guarda, para se se pronunciarem sobre o que faz falta neste Interior, porque são assuntos que são discutidos por jovens de 10º e 11º ano. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, referiu que considerava a ideia apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro brilhante,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

inclusivamente, se conseguisse reunir um grupo de alunos, de grupos etários diferentes, poder-se-ia fazer uma reunião num sábado imediatamente seguinte a uma reunião da Assembleia, no Auditório e dava-se seguimento a esse conceito, para se perceber o que é que a juventude que vive aqui pretende. -----

----- O Senhor Deputado António Fraga em nome da Bancada do Partido Socialista disse que ouviram que de facto a lei não pode punir, porque a pessoa limpa e porque a pessoa não limpa, tem que haver um consenso sobre essa matéria. Mencionou que uns dias antes, questionou a título particular um técnico qualificado do ICNF e o mesmo teve dificuldade de interpretar da Lei. Considerou que se a Moção tem como objetivo alertar o Governo da necessidade de clarificar a lei que regula esta matéria e adaptá-la às necessidades do país e de cada área, porque cada área tem as suas especificidades, disse que concordava com essa Moção. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para prestar alguns esclarecimentos sobre a ação da Câmara neste processo. A Câmara preside a Comissão Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios e desta Comissão emanam todas estas orientações, no sentido de dar cumprimento à Lei. Fez uma pequena ressalva relativamente à redação do ponto três oito que diz *“Discussão das medidas a tomar para cumprimento do prazos de 31 de Maio para limpeza de terrenos por parte da autarquia e apresentação de propostas de salvaguarda da floresta e prevenção de incêndios”*. Este ponto levanta duas questões essenciais, que embora estejam ligadas intrinsecamente, mas são diferentes, uma delas diz respeito à proteção das habitações e dos aglomerados habitacionais e a outra diz respeito às medidas que têm de ser tomadas para salvaguardar a floresta e a proteger contra incêndios. -----

Informou que a Comissão Municipal da Defesa da Florestas Contra Incêndios reuniu no dia 14 de dezembro de 2017, exatamente, porque estavam preocupados com a legislação. Referiu que sem querer corrigir o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, alertou que as pessoas não têm agora quinze dias para limpar os seus terrenos, já têm muito mais tempo, porque a Lei há anos que obriga as pessoas a realizar a limpeza em volta das habitações, contudo não tem havido o cumprimento da Lei nestes últimos anos. Indicou que a culpa é dos Governos, mas também é dos proprietários, porque não têm cumprido a lei e quando a GNR vai ao local e levanta o auto de notícia, que antigamente era enviado para as Câmaras Municipais, era o Presidente da Câmara que ficava com o ônus da multa, e agora continua a ser com o pagamento da despesa, em substituição dos proprietários que não venham a cumprir a legislação em vigor. A Comissão Municipal e a Câmara Municipal preocupada com estas questões reuniu no dia 14 de dezembro de 2017 e o Gabinete Técnico Florestal levou a Comissão Municipal a reflexão à cerca deste tema, sobre proposta de quem convocou a reunião.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Handwritten signature*

Nesse mesmo dia, após a reunião o Gabinete Técnico Florestal, remeteu às Freguesias e à GNR a cartografia das fchas de gestão de combustível, para que as mesmas pudessem iniciar a comunicação aos proprietários, o que aconteceu de imediato. Essa ação foi realizada de imediato, inclusivamente, foi decidida na Comissão Municipal, em que toda a gente esteve de acordo e onde também estava representado o ICNF, que pouco disse em relação a estas matérias, como já é habitual. -----

No dia 19 de janeiro o Gabinete Técnico Florestal promoveu uma reunião com as Freguesias e com a GNR, onde se apuraram questões muito relevantes e necessárias de modo a prestar a melhor informação aos proprietários. No dia 25 de janeiro foi divulgado o edital que descreve os deveres dos proprietários, assim como as consequências dos incumprimentos. Esse edital foi publicado pelas redes sociais do Município, na página web do Município, foi remetido às Juntas de Freguesias para divulgação, foi afixado nos estabelecimentos das principais ruas do concelho, tal como acontece nas outras atividades promovidas pela Autarquia. O edital foi lido nas missas do concelho, tal como já foi aqui referido. Foi ainda solicitado um orçamento ao jornal Notícias de Manteigas para publicação do edital, que vai sair na próxima edição. O Gabinete Técnico Florestal da Câmara concluiu, que de forma geral, há na comunidade a perceção das suas obrigações relativamente à lei vigente, porque tem havido esta proximidade dos Senhores Presidentes de Junta, assim como do Gabinete Técnico Florestal junto da população, nem tanto por parte da GNR. Deu conhecimento que a Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios pediu à GNR, que previamente fizessem uma visita aos proprietários, inseridos numa equipa composta pela Freguesia, pelo Gabinete Técnico Florestal e por um Bombeiro, no sentido de nessa primeira abordagem sensibilizarem os proprietários e não irem imediatamente com a multa, depois do incumprimento. A GNR recusou-se, por considerar que esse não era o seu papel. Ainda assim está a ser feito este trabalho através de outros agentes mais interessados.----

No que diz respeito às fchas envolventes às populações, disse que essa é uma situação que os preocupa seriamente, pois tal como já foi referido, há proprietários que não estão identificados; há gerações de proprietários que se desconhece; há proprietários que desconhecem que possuem determinados terrenos e isso é uma situação vai trazer problemas, no que diz respeito ao cumprimento da Lei. Explanou que estão preocupados com os perímetros das aldeias, das nossas freguesias rurais, e também das periferias das freguesias urbanas, que também têm floresta. Deu conhecimento que na semana seguinte a esta Assembleia, a Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios ia voltar a reunir-se para se perceber o trabalho que cada um já desenvolveu e o que ainda pode ser feito. Indicou que nos próximos dias o Gabinete Técnico Florestal da Câmara irá fazer um levantamento das ações que já foram desenvolvidas e com o mapeamento que temos, perceber-se através das cartas quais são as zonas que já estão



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

limpas e quais é que ainda faltam limpar, de modo a haver uma intervenção direta, ainda antes do dia 15 de março. Mais uma vez, vai ser feita uma ação de sensibilização, assim como a identificação dos proprietários, levá-los a entender que os trabalhos têm que ser feitos para a sua própria proteção, pois essa é a primeira finalidade, mas também para proteger a Câmara no que diz respeito ao ónus que terá que acarretar, se tiver que se substituir aos privados, serão centenas de milhares de euros, que a Câmara não dispõe para investir nesta matéria. -----

Fez alusão que a Associação Nacional de Municípios já contrariou a lei e está num combate intenso com o Governo, no sentido que a lei seja alterada. Disse não ter dúvida que a Associação Nacional de Municípios, que congrega todos os Municípios do país, terá força suficiente para levar a que determinadas alterações sejam operadas nesta lei. As Câmaras não estão despenalizadas da lei que saiu, certamente, por medida de precaução, para que haja uma ação muito mais rápida e uma preocupação maior por parte das Câmaras Municipais. Considerou ser benéfico que as Assembleias Municipais do país façam chegar ao Governo estas as moções. -----

Explicou que a preocupação não está apenas na limpeza em volta das habitações e à volta dos aglomerados, é essencialmente a preservação da nossa floresta. O nosso concelho tem uma área florestal significativa, que é do Estado, de particulares. É verdade que já foi apontado o dedo ao Estado que não cumpre, mas é necessário olhar para o nosso território e as diretrizes que vão emanar da Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios vão no sentido de sensibilizarem os proprietários dos terrenos intermédios, entre a floresta e as zonas urbanas, de começarem a plantar outro tipo de árvores, tais como folhosas que não sejam tão sensíveis aos incêndios. O objetivo é criar uma zona de transição para proteger os aglomerados populacionais, entre a zona florestada e onde é absolutamente necessário haver floresta, que tem de estar limpar. Explicou que na floresta não se verifica a obrigatoriedade da limpeza entre copas, como se verifica junto às habitações, não se deve confundir as matérias, temos de ter floresta densa, mas limpa como é óbvio, com os terrenos limpos. -----

Explanou que a preocupação é profunda, já o assumiram publicamente, quer por escrito, quer em declarações prestadas, mas não ficaram só por aí. Disse ser importante a divulgação, tal como tem acontecido, assim como a boa vontade das Juntas de Freguesias e das equipas Sapadores, que têm realizado um trabalho fantástico e é notório. As equipas de Sapadores, quer as do concelho em particular, mas também todas as que estão na Serra da Estrela, têm feito um trabalho fantástico e se não fossem elas, certamente, que não teríamos a nossa floresta tão protegida. Aludiu que o concelho de Manteigas tem uma vantagem, quando as condições climatéricas se agudizam, quando o calor é mais intenso, quando de facto estamos mais expostos a esta questão dos incêndios florestais, pode não ser suficiente, mas temos a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*António*

vantagem de termos uma rede primária à volta do concelho, exatamente para impedir que os fogos transitem de outros territórios para o nosso concelho. Situação que não acontece com outros concelhos, que não possuem essas redes primárias e têm uma floresta contínua. A título de exemplo, referiu o incêndio que lavrou Oliveira do Hospital, Seia, Gouveia. -----

Declarou ser premente implementar estas medidas, manter os terrenos limpos, assim como as fchas de gestão de combustível, nomeadamente, as redes primárias e obrigar as instituições que gerem equipamentos, infraestruturas e telecomunicações a limparem a rede secundária. ----

----- O Senhor Presidente da Mesa recordou que no mandato anterior da Assembleia Municipal, realizou um estudo aprofundado sobre a floresta portuguesa, os fogos e a Serra da Estrela, tendo sido apresentada na altura uma moção muito sintética, que foi remetida para o Governo. Deu conhecimento que há poucos dias o anterior Presidente da Assembleia Municipal, Engenheiro António de Lemos Santos, entregou-lhe cópia da resposta a essa moção. Referiu que o Governo também está preocupado, já está a publicar uma série de Decretos-lei sobre esta matéria. -----

Questionou se mais alguém desejava colocar alguma questão relativamente a esta questão. Verificando que não havia inscrições, referiu o Senhor Deputado Pedro Leitão, ia elaborar uma moção e no final da Assembleia, no ponto cinco da Ordem de Trabalhos será apresentada e votada. -----

### ----- PONTO 3.9 -----

POUSADA DE SÃO LOURENÇO E A SUA IMPORTÂNCIA PARA A ECONOMIA DE MANTEIGAS –

----- PONTO DA SITUAÇÃO E DISCUSSÃO DE EVENTUAIS SOLUÇÕES -----

----- O Senhor Presidente da Mesa fez uso da palavra, disse que era do conhecimento de todos o motivo de ter trazido este problema, que é fulcral para Manteigas, à colação da Assembleia Municipal. Recordou que solicitou aos Senhores Deputados que lhe enviassem as suas opiniões, no sentido de se perceber o que está em causa nesta história. Disse ter investigado a vários níveis, nomeadamente do que já tinha sido publicado nos jornais. Solicitou ainda, informações e o ponto de vista de cada uma das partes envolvidas neste processo, os responsáveis pela Pousada de São Lourenço e aos responsáveis pelos Baldios, que remeteu para conhecimento dos Senhores Deputados. Indicou que, quer uma entidade quer a outra, remeteram-lhe também uma entrevista que ambas concederam ao jornal local. Aludiu que solicitou a opinião dos líderes partidários, para perceber se já tinham discutido dentro do seu partido e se já tinham alguma opinião sobre este tema, com a finalidade de coordenar melhor os trabalhos, sendo que a única pessoa que respondeu foi o Senhor Deputado Pedro Leitão, que deu a sua opinião em nome do Unir e Mudar Manteigas. Declarou aberta a discussão sobre este tema. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria solicitou a palavra, leu uma declaração que entregou à Mesa e que em seguida se transcreve: -----

*“Exmº Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Manteigas*

*Exmºs Srs. Deputados Municipais,*

*Decidiu o Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Manteigas agendar este ponto da ordem de trabalhos para esta sessão, com vista a discutir a importância para a economia de Manteigas da Pousada de S. Lourenço. Trata-se de um tema pacífico que não poderá originar discussão alguma.*

*Já a apropriação de terreno baldio que as obras a decorrer na referida pousada pretendem, tem gerado alguma discussão, infelizmente tornada pública, pois irá dificultar encontrar as soluções negociadas para o conflito gerado.*

*Não é seguramente nesta Assembleia que poderão ser encontradas tais soluções, pois não pode deliberar a Assembleia Municipal sobre matérias que não são da sua competência.*

*Alguém dizia que o Homem é ele próprio e as suas circunstâncias. Sou, como é sabido, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria e Presidente do Conselho Diretivo dos Baldios de Santa Maria onde sou comparte. Estou aqui porque fui convocado na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia e não como Presidente do Conselho Diretivo dos Baldios de Santa Maria.*

*Hesitei, por isso, na decisão de tomar a palavra neste momento, nesta Assembleia Municipal. Todavia, há questões que não se resolvem com táticas políticas. A política, assim a entendo, serve para tomar opções com vista a resolver os problemas das pessoas e defender os seus direitos, em especial daqueles que menos condições económicas e sociais têm para os defender.*

*A Junta de Freguesia de Santa Maria, em 1996, intentou uma acção judicial contra o Estado Português, quando este pretendeu reivindicar a propriedade dos terrenos integrantes do Baldio de Santa Maria. Em Março de 2000 o Tribunal reconheceu que, entre outros, o Campo Romão é terreno Baldio.*

*Não percebo, não compreendo, e não aceito a defesa de que é legalmente possível alienar terreno baldio, como há quem queira.*

*Do que li sobre a história dos Baldios acredito que o Sr. Presidente, camarada de partido de Jaime Gralheiro – advogado, comunista convicto, que, apesar da cadeia e da tortura do regime fascista, nunca abandonou o direito de os povos terem o livre acesso aos terrenos baldios e de os mesmos não serem apossados por ninguém – não defende tal alienação, pois trata-se da defesa de direitos.*

*Estou também certo que aqueles que suportam a sua eleição não se revêm nos meios e trejeitos*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*[Handwritten signature]*

*que vivemos na ditadura, de usar o poder público para impor uma sociedade que viveu amordaçada, sem poder afirmar a sua opinião, com medo da denúncia anónima, com receio da sistemática violação dos direitos do homem, na utilização da polícia para impor o poder não democrático, em resumo na violação do primado da lei.*

*Estou também certo, que os meus camaradas do Partido Socialista se revêm nos valores que nos foram legados por Mário Soares, Almeida Santos e Aquilino Ribeiro a quem, aqui, presto sentida homenagem pela autoria do “Quando os Lobos Uivam”, onde relata a luta dos povos na defesa dos baldios na ditadura de Salazar. Também aqui, nesta bancada da Assembleia estou certo que ninguém quer “olhar para o lado”, ou atacar o primado da lei, ou defender a sua violação para proteger interesses privados.*

*Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Manteigas,*

*Srs. Deputados Municipais,*

*Esta minha posição – que é a expressão da posição do Conselho Diretivo dos Baldios de Santa Maria e que corresponde à vontade da larga maioria dos compartes – não nos impõe uma solução de paralisia ou de nada permitir. Bem ao contrário, a defesa do Baldio, impõe, em simultâneo, a obrigação de rentabilizar a sua área geográfica, mantendo a sua integridade e com a sua utilização por todos usufruída desde que, como sempre regulada e controlada, e sempre sob o primado da lei.*

*Os investimentos são importantes para a nossa região, é indiscutível, mas tal importância e necessidade não os inibe da obrigação de cumprir a lei e de a ela se sujeitar.*

*Estou certo, que não ouvirei, nesta sala, nesta terra, neste País, alguém que conscientemente, sem ser por mesquinho interesse pessoal, possa defender o contrário.*

*Porque temos princípios, para além de outros, o da honestidade, o do cumprimento do dever, o da obediência aos tribunais e o do primado da lei, por eles nos guiamos, fundamentalmente nos momentos de crise e naqueles em que é necessário e difícil afirmá-los. Somos e seremos capazes de obter compromissos e fazer consensos.*

*Não irei aqui, nesta Assembleia Municipal, discutir questões judiciais que correm termos nos tribunais.*

*Acataremos, como sempre o fizemos, as sentenças.*

*Contudo, seja-me permitido deixar aqui uma nota. A nossa intenção é obter, em todos os diferendos, soluções negociadas.*

*Todavia, para que tal desiderato se concretize necessário se torna o cumprimento de duas condições: que os outros queiram negociar e que as soluções respeitem a lei e os direitos dos povos de Manteigas.*

*A terminar a afirmação de uma certeza.*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Estamos certos que a Câmara Municipal de Manteigas terá, pelos direitos dos utentes dos Baldios, o mesmo respeito, a mesma consideração, que em 1888 teve quando negociou com o representante do Rei D. Carlos.*

*Conclusão que tirámos quando, em resposta a um pedido de esclarecimento, sobre ocupação de terrenos baldios - licenciamento de obras Pousada de São Lourenço -, tenha informado, por ofício datado de 31-03-2017, o Conselho Diretivo dos Baldios de Santa Maria, que, “o Município não se pronuncia em matéria de direito privado sendo o tribunal o local próprio para se dirimirem esses assuntos”.*

*Ainda sobre o mesmo preceito, o senhor Presidente do Conselho Diretivo dos Baldios de Santa Maria em reunião com o senhor Presidente da Câmara Municipal de Manteigas, em junho de 2017 informou o senhor Presidente da Câmara que devido à ausência de diálogo o Conselho Diretivo dos Baldios de Santa Maria não via outra solução do que recorrer à justiça. O senhor Presidente da Câmara de então disse que nessas circunstâncias ele faria o mesmo.*

*Sr. Presidente da Assembleia Municipal*

*Senhores Deputados Municipais,*

*Fundamentado no que escrevi no início deste texto, não direi nem mais uma palavra sobre este assunto, não responderei a qualquer pergunta, pelo que, para que não haja qualquer dúvida, e porque não pretendo participar na votação de qualquer eventual moção ou proposta que venha a ser apresentada, irei sair da sala, enquanto este ponto se discutir.*

*Peço que compreendam que são apreciáveis as razões que me assistem.*

*Fá-lo-ei porque entendo que essa postura é a única que é possível ter neste momento e é a única que posso assumir para não impedir a obtenção de uma solução negociada.*

*Vou entregar na mesa uma cópia da minha intervenção para que ela fique integralmente e por escrito a constar da ata desta Assembleia o que expressamente requeiro, e disponível também para os senhores deputados que assim a queiram.*

*Tenho dito.*

*Manteigas, 23 de fevereiro de 2018*

*Paulo Manuel dos Santos Costa”*

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria acrescentou ainda, que neste momento se vai ausentar também por motivo de compromissos autárquicos, sendo que posteriormente desejaria assinar a Moção relativa ao ponto três oito da Ordem de Trabalhos. ----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão, no uso da palavra declarou que o Unir e Mudar Manteigas não teve acesso a qualquer tipo de documentação séria, descomprometida e a qualquer tipo de documentação inicial, relativamente ao que se passou, por esse motivo não se



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Santius*

pronuncia sobre este assunto. Assim como, a UMM não se pronuncia sobre esta matéria, porque por vezes o direito é muito cinzento e é muito difícil de delimitar as competências de cada órgão. É difícil de delimitar que a competência de poderes funcione, onde começa o poder da Assembleia, onde é que acaba e onde é que começa o do Tribunal. Explanou que tinha de concordar com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, quando referiu que há questões de direito privado, que estão a ser discutidas. As partes dispõem e dispuseram da sua vontade, no sentido de a levar ao Tribunal. Disse que compreendia também o que foi explicado pelo Senhor Presidente da Assembleia, quando mencionou que a Assembleia Municipal pode discutir os assuntos de interesse para o Município, contudo considerou que se deve delimitar, e muito bem, onde é que está a discussão do interesse e onde é que a Assembleia começa a agir fora daquilo que deve agir. No seu entendimento, esta é uma cautela que deve ser profundamente levada em conta. Declarou que por ter medo de não saber onde é que essa linha se situa, não se ia pronunciar sobre esta temática. Sendo que as pessoas têm os Tribunais, têm as suas pretensões particulares, sejam os Baldios que representam uma coletividade, seja o particular que representa a Pousada, as pessoas devem discuti-las e há tecnicidades jurídicas, que extravasam completamente aquilo que pode ser discutido por este Órgão Deliberativo. -----

----- O Senhor Deputado António Fraga explanou que estava nesta reunião qualidade de Deputado Municipal e ainda assim não deixa de ser o Presidente da Assembleia de Compartes do Baldio de Santa Maria. Quanto ao agendamento do ponto, disse ter-lhe suscitado dúvidas o enunciado: "*Pousada de São Lourenço e a sua importância para a economia de Manteigas*", considerou que é inquestionável o valor nível económico que a Pousada de São Lourenço tem no concelho, contudo não pode discutir nesta reunião o ponto da situação e discussão de eventuais soluções, pois criaria conflitos de interesses. Recordou que está a haver uma tentativa de acordo, como tal apelou ao bom senso das partes envolvidas para que isso possa acontecer. Indicou que tal como o Senhor Deputado Pedro Leitão referiu na sua explanação, do processo decorrem ações judiciais, como tal deve esta Assembleia ter cautela em se pronunciar sobre este assunto. Face disso, para não haver problema e sem menosprezo pelo Senhor Presidente da Mesa, pela respetiva Mesa, pelos Senhores Deputados e por todos os presentes, declarou que se ia ausentar desta sessão. -----

----- A Senhora Deputada Oriana Morais e o Senhor Deputado Alfredo Marcelo em solidariedade para com o Senhor Deputado António Fraga, também se levantaram e ausentaram-se da sala neste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares, no uso da palavra disse que pretendia fazer uma breve intervenção, dividida em três partes. A primeira é dizer que é indubitável a importância



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

económica daquele investimento para o concelho de Manteigas. No segundo ponto fez alusão a um trecho que consta na Ata, que foi aprovada nesta sessão: “*O Grupo Municipal do PSD quer transmitir a esta Assembleia e a todos os presentes que apoia o investimento em causa bem como qualquer outro a ser feito no nosso concelho. Pois caso o referido investimento seja posto em causa, este facto pode e certamente causará retração a futuros investidores em Manteigas.*” Explanou que para que esta retração não aconteça o Grupo Municipal do PSD não se vai alongar em comentários sobre esta matéria, apenas deixa um forte apelo aos envolvidos para que se sentem e negociem, se isso for possível, sendo que quando há vontade é sempre possível, independentemente de todas as dificuldades que existam. Apelou que se tente chegar a um entendimento pois será mais benéfico para todos e Manteigas poderá usufruir deste importantíssimo investimento, tal como anseiam que venha a concretizar-se. -----

----- A Senhora Deputada Bárbara Sabino fez uso da palavra, concordou com a explanação do Senhor Deputado Pedro Leitão. Referiu que o Direito não é a sua área de formação, ainda assim considerava que a Assembleia não é o local oportuno para discutir soluções sobre um processo que decorre entre os Baldios e uma entidade privada. Declarou que não se trata de desresponsabilização das pessoas que estão presentes na Assembleia Municipal, contudo, no seu ponto de vista, a função da Assembleia Municipal é fiscalizar as ações do Órgão Executivo. Reforçou a ideia que já foi explanada nesta sessão, para que haja um entendimento, sendo que o mesmo não deveria passar pelos tribunais, na sua opinião uma conversa entre as partes poderia resolver a situação. Na sua perspetiva este ponto nem sequer deveria ter sido agendado na Ordem de Trabalhos, porque a Assembleia não pode deliberar nada sobre esta matéria. Cada um tem a sua opinião pessoal, mas não irão sair conclusões do processo desta Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão explanou que está na disponibilidade das partes levar a causa e os seus interesses privados, sobre de quem é a propriedade, a quem de direito, que são os tribunais. No seu ponto de vista, o contributo que a Assembleia Municipal pode prestar a este processo, é colocar-se à disposição para ser mediador de algum tipo de conflito, embora considere que isso não vai resultar, porque as partes têm advogados que as representam e estão a mediar o processo, além de que, antes de um processo chegar a julgamento há tentativas de acordo por parte dos juizes. Se um juiz não conseguiu que as partes interessadas chegassem a um acordo, tinha dúvidas que a Assembleia Municipal o conseguisse.

----- O Senhor Deputado Eduardo Monteiro solicitou a palavra, aludiu que a declaração que foi lida pelo seu colega de Bancada, o Senhor Deputado Nuno Soares, foi redigida e lida por si na última Assembleia. Nesse seguimento, reiterou o que disse na última Assembleia e acrescentou que na sua opinião todos desejam que haja investimento em Manteigas, isso é



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Sabino*

transversal a todas as pessoas que estão nesta Assembleia Municipal. Reforçou o que foi dito pela Senhora Deputada Bárbara Sabino, que os tribunais servem para decidir sobre estas matérias, no entanto existem princípios fundamentais, como o *in dubio pro reu*, que funciona para os dois lados. Posto isto, declarou que o seu desejo é que as partes cheguem a um entendimento e que o investimento seja levado a bom-porto. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se o Senhor Presidente da Câmara desejava se pronunciar sobre esta matéria. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara declarou que em relação a este assunto nada tem a dizer. A Câmara Municipal também tem uma ação em tribunal no âmbito deste processo, sendo que o seu papel será defender o Município em Tribunal. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa tomou a palavra, indicou que fez a sua investigação e um estudo profundo sobre a questão da posse de terrenos por parte dos Baldios, na área da Serra da Estrela, mais em particular no concelho de Manteigas. Explanou que tudo começou em 1182, altura em que Manteigas tem o seu Foral, é aí que começam os Baldios, que tinham uma área enorme, tudo era baldio tirando os núcleos centrais. Depois houve dois ou três núcleos centrais de povoamento em Manteigas, mas que se desenvolveram posteriormente. O problema é recuar no tempo e até quando é que podemos recuar. Fez alusão à revolução de 1383-1395, a Lei das Sesmarias, em que os Senhores Feudais iam tirando terrenos baldios, ainda assim segundo um estudo de 1874 denominado "*Geografia e Estatística de Portugal*", calculava que quatro milhões e vinte mil de hectares (4.020.000,00ha) era terreno baldio, ou seja 45% do território nacional era baldio. É evidente que as pessoas começaram a construir nessas áreas, sendo que aquilo que mais o impressiona é que não é só a Pousada que está em terreno baldio. Disse que tem que se seguir uma linha de pensamento, grande parte da área das Penhas Douradas é baldia, por exemplo, o próprio observatório meteorológico está em terreno baldio. Como tal, os Baldios não podem achar que só a Pousada é baldio, porque a área é muito maior. Explanou que não há só uma verdade, há sempre duas facetas da mesma verdade, há duas interpretações da mesma Lei, nada é linear em termos históricos. -----

Fez alusão a Aquilino Ribeiro, que defendia que Manteigas tinha de ser florestada, porque era totalmente devastada, em todas as Primaveras, com as enxurradas terríveis do degelo e das pedras, como tal os Serviços Florestais decidiram que tinham de plantar as encostas, para evitar a destruição desta vila, sendo que é aí que tem início toda esta luta. É evidente que tudo isto era baldio, nestas encostas os pastores pastoreavam os seus rebanhos, quando de repente os Serviços Florestais começam a plantar à força. Atualmente um baldio serve para termos uma atitude comunitária, agrícola, florestal, de qualquer trabalho agropecuário. Considerou que atualmente a população de Manteigas não vai utilizar o que de mais bonito tem este concelho,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que são os terrenos comunitários, para poderem fazer a sua agricultura, eventualmente a sua subsistência e plantar as suas árvores. -----

Explanou que trouxe este assunto à colação da Assembleia Municipal para se perceber a importância da Pousada como investimento, porque é preciso ter em conta que Manteigas tal como outras localidades, está muito empobrecida de pessoas, de meios técnicos, de meios industriais, como tal temos de tratar o investidor como se fosse o nosso amigo, seja ele qual for. É premente ajudar os investidores, sejam eles quais forem, seja um negócio no valor de quinhentos mil euros (500.000,00€) por ano, ou seja um negócio de cinquenta milhões (50.000.000,00€) por ano, temos de ajudar as pessoas, pois caso contrário Manteigas passa a ser um covão negro por ausência de pessoas, e como final do século XIX, quando Manteigas foi assolada pela epidemia da cólera e um jovem que veio da Guarda, chegou lá a cima e olhou para baixo e as poucas pessoas que tinham sobrevivido andavam vestidas de preto. Explanou que devido à grande afetividade que tem por esta terra, gostava imenso que daqui por uns anos quando chegasse a Manteigas, pudesse ver hotéis de cinco estrelas, pistas de ski a funcionar, movimentação. -----

### ----- PONTO 3.10 -----

APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES A TOMAR EM MINUTA, PARA  
----- PRODUZIR EFEITOS IMEDIATOS, DESTA SESSÃO -----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém desejava usar da palavra neste ponto. Verificando que não havia inscrições propôs que se aprovasse em minuta para produzir efeitos imediatos o **ponto três um**, o **ponto três dois**, o **ponto três três**, o **ponto três quatro**, o **ponto três seis** e o **ponto três sete**. Colocada à votação tal proposta foi a **mesma aprovada por unanimidade dos presentes**, portanto tais deliberações foram aprovadas em minuta para produzirem efeitos imediatos. -----

### ----- PONTO 4.-----

-----APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL-----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém desejava usar da palavra sobre a Informação do Senhor Presidente da Câmara. Verificando a intenção do Senhor Deputado Pedro Leitão em intervir, concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão questionou o Senhor Presidente da Câmara qual o ponto de situação relativamente à eleição da presidência do Conselho da Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela (CIM BSE). -----

----- O Senhor Presidente da Câmara informou que houve reunião do Conselho Intermunicipal no passado dia vinte para eleger os novos órgãos sociais da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela. Previamente foi definido que o mandato será



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Handwritten signature*

repartido em dois biénios, no primeiro Biénio o Senhor Presidente da CIM BSE será o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Seia e o Vice-Presidente será o Presidente da Câmara de Fornos de Algodres e o Senhor Presidente da Câmara de Pinhel. No segundo biénio o Senhor Presidente da CIM BSE será o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Gouveia e o Vice-Presidente o Senhor Presidente da Câmara de Manteigas e o Senhor Presidente da Câmara de Almeida. Explanou que a CIM BSE não tem número de associados suficientes para haver listas a votação, como tal foi decido por consenso, foram posições tomadas entre Presidentes de Câmaras de dois partidos e houve este entendimento. Deu conhecimento que depois há a questão das candidaturas, o pacto assinado entre a CCDR e Comunidade Intermunicipal, há projetos intermunicipais que abrangem todos os Municípios. Há um projeto importante que se relaciona com questões já tratadas nesta reunião, nomeadamente a videovigilância das florestas, a instalação de torres de videovigilância permanente, portanto há um conjunto de projetos que abrangem todos os Municípios, sendo que os mesmos estão descritos na página da Câmara Municipal. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão solicitou novamente a palavra, referiu que o seu interesse relativamente à CIM BSE prende-se com o facto de ter sido eleito representante da Assembleia Municipal de Manteigas na Comunidade Intermunicipal. Indicou que desconhece como funciona essa entidade, mas deseja fazer uma proposta. Fez referência que o Interior agora está em voga, os olhos estão todos voltados para o Interior, há interesse que o Interior se desenvolva, como tal considerou ser um bom momento para agarrar todas as oportunidades possíveis, para trazer para Manteigas aquilo que falta não só ao Interior, mas em específico ao concelho. Constata-se que Manteigas não tem qualquer tipo de aproximação com nenhum dos poderes seja executivo, legislativo ou judicial, ao mesmo tempo repara-se que a rede dos julgados de paz tem tido alguma expansão nos últimos tempos, a título de exemplo referiu que Belmonte tem Julgado de Paz. Nesse seguimento, disse que não sabia agir dentro da política, mas o Senhor Presidente da Câmara e o Executivo, certamente, que saberão movimentar-se muito melhor para conseguir, eventualmente, através da Comunidade Intermunicipal, que Manteigas consiga albergar um Julgado de Paz, que é um órgão judicial constitucionalmente previsto e que abrangesse territorialmente as áreas dos concelhos limítrofes a Manteigas, que é aquilo que acontece ao que se chama agrupamento de Julgados de Paz. -----

Referiu que a título de exemplo, Belmonte tem o Julgado de Paz de Belmonte, Covilhã e Fundão. Manteigas poderia ter o Julgado de Paz do Agrupamento de Manteigas, Seia, Gouveia e Guarda. No seu ponto de vista, disse que seria de enorme prestígio para Manteigas ter uma instituição desse calibre. Inclusivamente, o concelho tem várias questões relacionadas com terrenos que podem ser resolvidas. O tempo médio de resolução de processos em Julgados de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Paz é de dois meses, sendo que desta forma os nossos cidadãos deixavam de ter que se deslocar constantemente à Guarda, para verem as suas questões serem julgadas e com um bocadinho de orgulho podíamos dizer que os cidadãos da Guarda, Seia e Gouveia podiam vir para o nosso concelho para ver as questões deles resolvidas. Declarou que seria incrível conseguir isso, sendo que o Executivo teria toda a abertura da sua parte e da parte do Unir e Mudar Manteigas para se obter isso para Manteigas. -----

No que concerne à reunião com a empresa *Mercadona*, questionou quais são os interesses do Município com essa empresa. Relativamente à atividade da Senhora Vice-Presidente, disse que gostaria, se for possível, na próxima reunião da assembleia Municipal ver o projeto do Centro de Energia Viva de Montanha. -----

----- A Senhora Deputada Bárbara Sabino, no uso da palavra, congratulou o atual executivo pelo certame Expo-Estrela, porque considerou que, manifestamente, a Feira esteve melhor, não foi perfeita, nem foi totalmente ao encontro dos objetivos, mas só o facto de se ter isolado o local onde ocorre a Feira, já fez toda a diferença, só esse facto se notou. Questionou se já houve ou se vai haver alguma reunião de balanço do certame, que considerou ter sido extremamente positivo. No caso de já ter sido feito esse balanço questionou se já existem alguns dados, porque de facto a olho nu pareceu-lhe que o evento tinha sido melhorado, mas é importante haver sempre essa reunião do pós-certame. -----

----- O Senhor Deputado Eduardo Monteiro solicitou a palavra, aproveitando o tema da Expo-Estrela levantado pela Senhor Deputada Bárbara Sabino, declarou que é um dever de cada Deputado quando é eleito ou designado para as diversas comissões, dar um bocadinho do *BackOffice* do que aí aconteceu. Indicou que o *BackOffice* que tinha para dar sobre o certame é extremamente positivo. Na sua opinião, a Comissão teve um trabalho muito bom, tendo deixado uma palavra de agradecimento e de respeito para a Senhora Vice-Presidente da Câmara, porque teve uma abertura total para albergar e receber todas as propostas da Comissão. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares aludiu que na Informação do Senhor Presidente é mencionado que decorreu uma reunião no dia 07 de fevereiro uma "Reunião de Alto Nível do CPLP sobre a Agricultura Familiar em Lisboa". Solicitou se o Senhor Presidente podia prestar alguma informação sobre o que foi tratado nessa reunião e com quem. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados. No que diz respeito ao Julgado de Paz solicitou ajuda ao Senhor Deputado Pedro Leitão, no sentido de pesquisarem quando é que foi definido o quadro dos Julgados de Paz; quando é que foram instalados e distribuídos; a que critérios obedeceu. Referiu que se o processo ainda não estiver fechado e se houver hipótese da Câmara de Manteigas reivindicar para o concelho um Julgado de Paz, tudo será feito junto do Governo e do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*António*

Ministério da Justiça, para defender essa proposta. No que concerne ao *Mercadona*, trata-se de uma empresa distribuidora de produtos alimentares Espanhola, tem mais de mil lojas em Espanha, está a ser instalada em Portugal e naturalmente há todo o interesse em que o *Mercadona* olhe para os produtos regionais de Manteigas. -----

Informou que há um recurso em particular que interessa ao *Mercadona*, pela sua qualidade, que é a água engarrafada em Manteigas, de tal fora que estão a avaliar a possibilidade de consumirem água Glaciar. Referiu que relativamente à Glaciar, encetou um contacto com a empresa que está a explorar a Glaciar e intermediou os contactos com um grupo que está disposto a comprar a Glaciar. Trata-se de grupo estrangeiro, com um forte investimento no país. Explanou que a água interessa ao *Mercadona* para distribuir em todas as lojas em Espanha e nas lojas que venham a abrir em Portugal. Disse que curiosamente descobriu que uma das pessoas que veio a essa reunião é descendente de Manteigas, o que lhe agradou bastante, porque certamente foi ela que direccionou o interesse da empresa para a água Glaciar. Fez votos que a negociação entre as partes chegue bom-porto, porque há a possibilidade de aumentar o número de postos de trabalho, de voltar, novamente, à produção que a empresa já teve e voltar ao impacto económico favorável que aquela fábrica teve para Manteigas. -----

No que diz respeito à Expo-Estrela há de ser feito um balanço. Disse que pretendia primeiro dar conhecimento do mesmo à Câmara, assim como dos custos da Expo-Estrela, fazer um relatório, que depois também será do conhecimento da Assembleia Municipal. Deu conhecimento que já foi feita a reunião de avaliação. A Senhora Vice-Presidente já reuniu com a Comissão da Expo-Estrela e já foi feita a avaliação dos trabalhos, da forma de funcionamento da Expo-Estrela, se de facto houve ou não melhorias significativas e foram também faladas eventuais alterações que tenham de ser feitas no futuro. Considerou que, dizer que a Expo-Estrela não vai de encontro aos seus objetivos, é um pouco duro, porque é o certame que desenvolvemos em Manteigas mais virado para a produção económica, aliás para a promoção dos nossos produtos intrínsecos. Trata-se do evento mais importante que é realizado em Manteigas, na sua opinião, bem ou mal foi de encontro aos objetivos, houve objetivos que se cumpriram, houve expositores de produtos locais, outros que vieram de fora, houve vendas, houve transações, houve satisfação por parte de expositores e compradores, houve um bom ambiente na Expo-Estrela, um bom acolhimento, conforto e segurança. Portanto, melhorou-se significativamente. -----

Naturalmente, que tem de se agradecer ao Secretariado por todo o trabalho realizado e dirigido pela Senhora Vice-Presidente. A palavra de ordem para o Executivo que está a gerir a Câmara, quando pensou na Expo Estrela, foi inovar e melhorar. Eram conhecidas as queixas, os defeitos que quase toda a gente apontava: desde o barulho que se notava entre as duas zonas do bar e a parte de exposição; o frio que se fazia sentir pelas correntes de ar. Mencionou que houve a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

preocupação de chamar para o Secretariado mais um elemento, que foi de extrema importância nesta matéria, porque colocadas as questões, teve capacidade técnica e profissional para depois definir as mudanças que o Secretariado defendeu. Reiterou que as palavras de ordem foi inovar, melhorar e no próximo ano cá estarão para tentar fazer ainda melhor, porque há sempre situações que podem ser melhoradas. Explanou que o balanço será feito mais concretamente na Câmara e depois será trazido à Assembleia Municipal para conhecimento. O assunto ainda não foi discutido na Câmara, porque faltavam ainda apurar as contas totais, mas não disparou em relação aquilo que era o orçamento específico da Expo-Estrela, dado havia a ideia patente de contenção e de não sair dos limites. -----

Explicou que os trabalhos de preparação do espaço foram contabilizados à parte e somam ao valor que estava pensado para o certame, mas a realização da atividade em si, não saiu dos limites. A título de exemplo, indicou que no ano transato foi comprada uma alcatifa que custou cerca de vinte mil euros (20.000,00€), que englobou a compra e a aplicação, que foi para além daquilo que está relacionado intrinsecamente com a Expo-Estrela. Há sempre custos adicionais, o que é bom, é que esses os custos adicionais se reflitam nos anos seguintes. Declarou que foram dadas instruções para que toda aquela estrutura, que estava nas entradas da Expo-Estrela, constituíssem legos, devidamente numerados, que estão guardados para não se danificarem e para voltarem a ter utilização nos próximos anos. O investimento que foi feito será aproveitado nos anos seguintes. -----

No que diz respeito ao Centro de Energia Viva, disse que não pode trazer o projeto à Assembleia Municipal, porque não há projeto do Centro de Energia Viva de Montanha, há a intenção. Está a ser desenvolvida a ideia pela Universidade da Beira Interior (UBI), que estão a fazer o caderno de encargos e o programa de concurso para definir quais são os conteúdos do Centro Interpretativo e quais são os elementos, o mobiliário, o equipamento que será incluído. Portanto ainda não há projeto, há a ideia. Referiu que tem estado em conversas com o Senhor Vice-reitor da UBI e com a professora Kelly, que está a coordenar o processo, mas ainda não há nada em concreto. Espera que em breve haja elementos para se colocar a concurso e nessa altura irá trazer-los para conhecimento do Órgão Deliberativo. -----

Ainda no âmbito da Comunidade Intermunicipal, aludiu que a CIM BSE tem dois órgãos, um é a Assembleia Intermunicipal, onde o Senhor Deputado Pedro Leitão vai ter acento, visto que é composto pelo conjunto dos representantes das Assembleias Municipais e o outro é o Conselho Intermunicipal, que é constituído pelo conjunto dos Presidentes de Câmara. Esses órgãos têm poderes e funções distintas. Em relação ao Julgado de Paz, explicou que aquilo que se trata na Comunidade Intermunicipal são questões que têm a ver com o conjunto dos Municípios. É extremamente difícil defender a posição de uma Câmara Municipal em relação a uma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*António*

determinada matéria, quando ao lado há um Presidente de Câmara a defender a mesma situação. Seria bom se houvessem Julgados de Paz para todas as Câmaras Municipais, mas isso não vai acontecer de certeza absoluta, portanto, o assunto terá de ser tratado em outro fórum, junto do Ministério Justiça e do Governo. -----

Explanou que é verdade que os serviços que são prestados pela Comunidade Intermunicipal, têm que ser prestados por igual a todos os concelhos, o que é extremamente difícil neste momento é trazer financiamento através da Comunidade Intermunicipal para Manteigas, porque o Pacto de Financiamento já está assinado, já está definido o que cabe a cada uma das Câmaras, no âmbito da Comunidade Intermunicipal. As candidaturas e os projetos já estão definidos, estão inscritos. Explicou que quando houver aprovações financeiras do Quadro 2020, sendo que tal já vai acontecer numa fase final do mesmo, vai se perceber que há projetos que não foram levados à prática, e aí, certamente, serão redistribuídos os montantes pelas Comunidades Intermunicipais, é a chamada reprogramação financeira do Portugal 2020, nessa ocasião irão defender que Câmara de Manteigas também seja contemplada. -----

Avocou que, aquilo que é estranho e não é admissível, é que se tratem Municípios de menor dimensão, em termos territoriais, de uma forma diferente dos Municípios de maior dimensão. Estes últimos têm condições já sobejamente reconhecidas de alguma evolução, que nós não temos, por exemplo ao nível económico, de equipamentos sociais, até de vias de comunicação. Portanto, os Municípios de menor dimensão devem ser mais ajudados no âmbito da Comunidade Intermunicipal, do que os de maior dimensão. A título de exemplo, referiu que na Regeneração Urbana, para os Município de menor dimensão foram definidas as Áreas de Recuperação Urbana (ARU's), que permitem candidaturas de menor dimensão, com menor investimento e de outra índole. Para as Câmaras maiores, aprovaram os Planos Especiais de Recuperação Urbana (PERU's), com montantes muito mais elevados e com um âmbito de intervenção muito mais alargada. Considerou não ser correto e o que é necessário no seio das Comunidades Intermunicipais é que todos tenham a mesma voz e que todos sejam capazes de defender o seu território. -----

No que concerne à reunião de Alto Nível, explicou que na informação aparece essa designação porque foi assim denominada, possivelmente porque contou com a presença do Senhor Ministro da Agricultura, do Excelentíssimo Senhor Primeiro Ministro, do Senhor Secretário de Estado e dos representantes dos Governos de todos os países. Informou que se tratou de uma reunião entre os Países de Língua Portuguesa promovida pelo Ministério da Agricultura, onde estiveram presentes os gabinetes de ação local como a Pro-raia, a ADRUSE, a Raia Histórica, tendo estado presente nessa reunião na qualidade de Vice-Presidente da ADRUSE, contudo só é Vice-Presidente da ADRUSE, porque é Presidente da Câmara de Manteigas. Nessa reunião houve



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

declarações dos diversos países de Língua Portuguesa, à cerca da necessidade de implementar a economia familiar, através da intensificação da agricultura familiar. O que se espera das associações de desenvolvimento local, é no sentido de procurarem conceber projetos territoriais já para o Quadro 2030. Em suma, indicou que há relação direta com os PALOP's, porque embora eles não estejam na Europa, mas há uma linha de financiamento europeu para este intercâmbio. Nós consumimos café de Timor, embora muito dificilmente levaremos a nossa feijoca para esse país. -----

### ----- PONTO 5. -----

-----APRECIAÇÃO DE QUALQUER OUTRO ASSUNTO DE INTERESSE PARA O CONCELHO-----  
----- O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, indicou que redigiu uma recomendação à Câmara Municipal de Manteigas, que distribuiu pelos Senhor Deputados da Assembleia Municipal. Tendo lido a recomendação que em seguida se transcreve: -----

#### *“Recomendação*

*Considerando que:*

- 1. O Serviço Público Postal designado atualmente como CT.T. (Correios, Telefones e Telégrafos) existe desde 1520 (D. Manuel I), é portanto uma empresa com quase 500 anos de história, suportada por um enorme conjunto de trabalhadores e que sempre serviu as populações deste país, para as quais aqueles prestam serviço,*
- 2. A destruição do serviço postal universal tem afectado as populações de todo o país, seja pelo encerramento dos balcões dos CTT, seja pelos atrasos na entrega das correspondências.*
- 3. Com a privatização está-se a destruir o serviço postal universal, a acabar com as Estações e a transferir para as autarquias o custo de uma rede nacional.*
- 4. Cabe ao Estado a responsabilidade de garantir que os serviços postais são assegurados com condições de igualdade a todos os cidadãos, devendo os Correios ser o garante de um serviço público efetivamente ao serviço do País e das populações, ao serviço da economia nacional e do desenvolvimento.*
- 5. Manteigas tem mantido e garantido este serviço postal público,*

*Recomendamos que:*

- se seja intransigente na defesa e preservação do Serviço dos CTT existente em Manteigas e que se impeça a todo o custo a sua destruição*
- nos mostremos solidários com todos os trabalhadores dos CTT despedidos e em vias de despedimento e com as populações de todos Concelhos já afetados por estas medidas de destruição do Serviço Postal Universal.*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Manteigas, 23 de fevereiro de 2013

José Manuel Novo de Matos

Deputado Municipal da CDU

*Santiago*

----- O Senhor Deputado António Fraga, solicitou a palavra, indicou que em nome da Bancada do Partido Socialista subscrevia a Recomendação apresentada pelo Senhor Presidente da Mesa. Recomendou que fosse colocado um sinal de sentido proibido, junto ao Café do Tó, na Rua Dr. Sobral, quando se desce da Casa da Obras, porque os carros sistematicamente entram em contramão. Referiu que é verdade, que no local está um sinal de sentido obrigatório perfeitamente visível, contudo os carros que vêm da Casa das Obras e que não conhecem o local viram à direita, entrando em sentido contrário à circulação do trânsito. -----

Mencionou que preocupa-o certos exibicionismos que se veem a nível de velocidade, dentro da localidade, como tal reiterava o que já anteriormente tinha sugerido, que fossem colocadas lombas, tecnicamente corretas, por exemplo na Rua de Santa Maria; na estrada da Lapa, onde inclusivamente os Camiões que transportam a água Glaciar, se algum dia tiveram que fazer uma travagem, não o conseguem fazer e podem matar alguém; e até na rua 1º de Maio, nomeadamente, a seguir ao cruzamento que à esquerda dá acesso ao SAP do Centro de Saúde. Não se pretende com isso que os veículos circulem a trinta Km/hora, mas é necessário bom senso e civismo. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Ferrão, pediu a palavra, fez uma recomendação relativamente as estradas que ligam Manteigas, que os traços contínuos estejam devidamente pintados, porque essas marcações já não existem e em dias de nevoeiro é muito difícil circular nessas estradas. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha fez uso da palavra, recordou que já no anterior mandato tinha alertado que na estrada de São Sebastião, quando há neve, é colocada a cancela junto ao campo de São Sebastião, mesmo junto a uma curva, que é antecedia de uma reta e pode causar constrangimentos. Disse que há um espaço para passar, contudo se vier algum carro de cima não dá tempo, nesse sentido sugeriu que seja colocado um sinal de aviso sempre que a cancela encerre o trânsito. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa leu a Moção, que foi redigida pelo Senhor Deputado Pedro Leitão, relativamente à temática abordada no ponto três oito e que em seguida se transcreve: -----

### *“Moção*

*Pesa ainda na memória do Interior do país o flagelo provocado pelos incêndios florestais do ano de 2017. O Interior do país foi fustigado pelas chamas durante largos meses. As populações*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*assustadas. O sentimento de paz e segurança dos cidadãos durante tempos perdidos. O Estado Central falhou. Não foi qualquer partido que tenha formado Governo, nem qualquer outro com assento parlamentar que falharam. Foi o próprio Estado que falhou aos cidadãos, que falhou ao Interior, que falhou ao País.*

*Em tempo de cicatrizar feridas, os olhos viraram-se para o Interior. Surgiram movimentos, aos quais se aliaram altas personalidades, órgãos de soberania, representantes do País.*

*Depois de décadas de esquecimento, o Interior surge na ribalta. O Governo Central promete, novamente, acabar com as disparidades sociais, económicas e culturais que separam o interior e o litoral.*

*Ao mesmo tempo, fala-se de consolidação legislativa no âmbito do ambiente e do ordenamento do território. Contudo, constata-se a ainda presente a completa desadequação da legislação de protecção ambiental com a legislação sobre protecção contra os fogos e, ao mesmo tempo, desapropriada à realidade ambiental e cultural dos territórios do Interior, em particular do Concelho de Manteigas.*

*Com efeito, não se reflete na legislação, qualquer preocupação com o facto de no Interior do país no geral e no Concelho de Manteigas em particular, os terrenos contíguos a faixas onde é obrigatória a gestão de material combustível se encontrarem, as mais das vezes, repleta de espécies vegetais cujo abate é protegido pela legislação ambiental, e para cujo abate constituiu contraordenação, punível com coimas de valores elevadíssimos.*

*Os cidadãos vêm-se a braços com a violação da legislação referente à gestão de material combustível, por um lado, se não procederem ao abate de certas espécies protegidas, que abundam nessas faixas e, por outro lado, arriscam a violar as proibições do abate, caso cumpram a legislação sobre a gestão de material combustível.*

*Tais situações causam confusão aos cidadãos, já deram e continuam a dar origem a processos de contraordenação com elevadas consequências económicas e causam profunda incerteza à forma como os cidadãos devem agir.*

*As entidades responsáveis pela fiscalização, como sejam os Núcleos de Protecção Ambiental da GNR ou o próprio ICNF demonstram-se completamente intolerantes, adotando sempre posturas punitivas, ao invés de informativas.*

*Esta realidade é mais um exemplo do esquecimento a que o Interior é efetivamente votado, demonstrativo do claro tratamento desigual a que os cidadãos do Interior se encontram sujeitos, pelo que os Deputados da Assembleia Municipal de Manteigas vêm por este meio manifestar a sua preocupação sobre toda esta problemática e apelar a V. Exas. Se dignem tomar uma atitude política que resolva, de forma definitiva os problemas acima referidos e provocados por legislações contraditórias.*





**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS**

